

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
E SAÚDE DE GOIAZ

*Revista de Educação
e Saúde*



N.

29-30

1946
Agosto e Setembro

DIRETORA:
PROF. FLORACY ARTIAGA MENDES

Agosto e Setembro

IMPRENSA OFICIAL - GOIÂNIA

GO
C
V
O

Ano
XIV

SUMA'RIO

REDATORIAIS

PALAVRAS DO PRESIDENTE DUTRA
PÁTRIA
O DIA DA PÁTRIA EM GOIÂNIA
COLABORAÇÕES

Assuntos Pedagógicos

PROFESSORAS EM FACE DO MUNDO FUTURO — Prof.
Aida Felix de Sousa
CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO — Dr. Pedro Viggiano
COMPOSIÇÃO NO CURSO PRIMÁRIO — Prof. Eliacena
P. da Costa
A RURALIZAÇÃO DO ENSINO — Prof. Floracy Artiaga
Mendes

História da Educação em Goiaz

INSTRUÇÃO EM BONFIM — J. Lupus

Comemorações da Semana da Árvore

JARDINAGEM — Prof. Alice Leão
PROTEÇÃO AS FLORESTAS — Prof. Ari Demóstenes de
Almeida
O CÓDIGO FLORESTAL NA ESCOLA — Prof. Zecchi
Abrahão
A NECESSIDADE DO REFLORESTAMENTO — Dr. Zo-
roastro Artiaga

Educação Sanitária

DADOS HISTÓRICOS SOBRE A CAMPANHA CONTRA
A LEPRA EM GOIAZ — Dr. Sebastião Mendonça de Brito
A ALIMENTAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR — Dra. Maria de
Lourdes Moraes
MALÁRIA E ANCILOSTOMOSE — Dr. Ranier de Paula

Assuntos Instrutivos

OUTRA MUDANÇA! — Prof. Agnéio A. Fleury
QUESTÕES DE PORTUGUES — Prof. Carlos G. de Faria

Discurso de Paianinfo

O MOMENTO É DA TÉCNICA — Prof. Hélio A. Lôbo

SECÇÕES PERMANENTES

Fatos e iniciativas — Consultas didáticas — Atividades
escolares — Variedades educacionais e educativas — Página
de saúde — Legislação de Saúde — Legislação Escolar —
Meditoriais

370.60
SEC
REV
2190

BIBLIOTECA	REGISTRO
ARQUIVO	
HISTÓRICO	N.º 2090
ESTADUAL	

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
E SAÚDE DE GOIAZ

*Revista de Educação
e Saúde*



DIRETORA:
PROF. FLORACY ANTIAGA MENDES

N.

29-30

Ano
XIV

Agosto e Setembro

IMPRENSA OFICIAL - GOIÂNIA

Encaremos o futuro com otimismo e confiança, alentados pelo nosso amor ao Brasil e inabalável fé nos seus destinos. Os problemas que nos preocupam, quer os que nos são próprios, quer os de repercussão neste momento internacional inquieto, são de gravidade igual e se apresentam sob a mesma forma aguda dos enfrentados e resolvidos pelos nossos maiores, seguindo processos de govêrno constitucional. Procurando inspiração na sua sabedoria e confiante na capacidade do nosso povo — que se espelha no seu equilíbrio, moderação e ardente patriotismo — concito todos os brasileiros à prática da Constituição. Cumprí-la — é o rumo a seguir, afim de que a democracia brasileira funcione em tóda a sua plenitude, sem exageros demagógicos, em atmosfera propícia ao trabalho construtivo e à ordem social. Sómente assim nos será possível atenuar os males que nos afligem, fruto de uma época agitada, de um mundo fustigado pela guerra, que verga ao pêso da trágica herança da hecatombe. E nos desviaremos do itinerário do ódio e do sofrimento, a que arastam a luta de classes e a subversão da ordem jurídica. O govêrno espera, com a colaboração ativa de tódas as correntes democráticas, superar as dificuldades de nossos dias e retomar o ritmo do progresso que nossas riquezas e o gênio criador de nosso povo permitem.

(Palavras do Presidente Dutra, a 18 de setembro de 1946, à Promulgação da Constituição Brasileira).

PÁTRIA

Pátria, latejo em ti, no teu lenho, por onde
Circulo! e sou perfume, e sombra, e sol, e orvalho!
E, em seiva, ao teu clamor a minha voz responde.
E subo do teu cerne ao céu de galho em galho!

Dos teus lichens, dos teus cipós, da tua fronde,
Do ninho que gorgêia em teu doce açasalho,
Do fruto a amadurar que em teu seio se esconde,
De ti, -- rebento em luz e em cânticos me espalho!

Vivo, choro em teu pranto; e, em teus dias felizes,
No alto, como uma flor, em ti, pompeio e exulto!
E eu, morto, -- sendo tu cheia de cicatrizes,

Tu golpeada e insultada, -- eu tremerei sepulto:
E os meus ossos no chão, como as tuas raízes,
Se estorcerão de dor, sofrendo o golpe e o insulto!

OLAVO BILAC

O Dia da Pátria em Goiânia



S. Cecília. o Interventor General Xavier de Barros entrega ao Expedicionário Goiano Jorge Helou a condecoração a que fez jus como combatente da F. G. B.

Fato inédito na História de Goiás, pois, pela primeira vez um soldado goiano recebe dentro do próprio Estado tão alta distinção, após ter lutado longe da Pátria em prol dos ideais democráticos do País.

O Dia da Pátria em Goiânia



A Mocidade marcha para o futuro da Pátria

FLAGRANTE DO DESFILE

O Dia da Pátria em Goiânia



Mas se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta
Nem teme quem te adora a própria morte
Terra adorada!

FLAGRANTE DO DESFILE

Assuntos Pedagógicos

PROFESSORAS EM FACE DO MUNDO FUTURO

AIDA FELIX DE SOUZA

(Professora do Grupo Escolar de Pires do Rio)

Palavras sinceras a um círculo de pais e mestres. — Não queremos emitir conceitos teóricos sobre este ou aquele problema educacional; queremos, sim, comentar o que vemos e o que sentimos, em nossa função de professoras. — O exercício do magistério primário, um curso prático e doloroso de professorado. — É preciso que aprendamos a conhecer quanto a criança goiana quer, sonha, e deseja. — Urge que os pais cooperem, na dura tarefa de tornar o seu filho feliz, hoje, em benefício do mundo de amanhã.

“O lar é a forma de vida social na qual tem vivido a criança, que, em relação a esse mesmo lar, terá recebido sua educação moral. Compete à escola aprofundar e ampliar o sentido dos valores concentrados na vida doméstica da criança”.

(JOHN DEWEY)

Após oito anos de luta pela alfabetização, em um grupo escolar do interior goiano, uma normalista poderá dizer com sincera convicção: — “Sou professora”. E esta a-

firmação não implica um pedantismo.

Realmente, oito anos de magistério, em nosso meio ambiente, são um curso prático e doloroso de professorado. Prático, porque aprende-se a conhecer a alma da criança tão bem, como cem compêndios de Psicologia Infantil não nos ensinariam. Doloroso, porque a professora do sertão goiano sofre mais, positivamente, com as pedras do caminho.

E foi durante este meu tirocínio de oito anos que aprendi a conhecer o quanto a criança goiana quer, sonha e deseja.

As nossas crianças do grupo escolar querem aprender, e para isso precisam de material escolar. Ora, poucos são os pais, que, sem supremo sacrifício, podem comprar um livro para seu filho.

As nossas crianças do grupo escolar sonham com um mundo melhor. E, na sua limitada visão das coisas, o mundo se resume para elas no lar e na escola.

As nossas crianças do grupo escolar desejam um melhor sistema de vida. E a vida para uma criança se resume em barriga farta e recreios.

Aí estão responsabilidades de nós, professoras. A criança de hoje é o mundo de amanhã — vale repetir o lugar-comum. Aí estão problemas para nós, professoras.

Então, funda-se a sociedade da Caixa Escolar. O povo da cidade, sorrindo ou reclamando, dá a sua contribuição mensal. Organizam-se festas escolares, teatros, bailes; e o povo sempre contribui, atendendo aos apêlos das professoras. Depois, a Legião Brasileira de Assistência auxilia. E o Departamento de Educação fornece material escolar.

Até aí, poucos calos; tudo está, mais ou menos, ótimo.

A criança quer aprender; então ela tem livros, cadernos, lapis, tinta, caneta. Mas a criança, por si mesma, não reconhece os valores, material ou estimativo, dos objetos; e os livros rasgam-se, perdem-se os lapis, entornam-se os tinteiros, sujam-se os cadernos. E isto, por que? Onde es-

tá a responsabilidade dos pais? Que mãe descuidada esta, que não orienta o filho?

E este filho não compreende, jamais compreenderá — ou talvez só muito tarde venha a compreender — por que a professora reluta, antes de lhe fornecer novo material. Ouve, desatento, o sermão que a mestra lhe passa por ter sido desmazelado, e logo o esquece.

A criança sonha com um mundo melhor; e a Caixa Escolar fornece-lhe um bom uniforme. A professora cria ao seu redor um ambiente de paz, confiança e igualdade. Mas, em casa, os pais brigam, soltam palavrões, reclamam contra tudo e contra todos. A mãe, preguiçosa e insatisfeita, não cuida do uniforme do filho.

Então, a criança vem à aula com a roupa suja, pés, mãos, e até o rostinho, imundos. Briguenta, xinga palavrões e cria, ela própria, à sua volta, um atmosfera de desconfiança e animosidades.

A criança deseja: é faminta e gosta de recreio. A Legião Brasileira de Assistência fornece lanche para as crianças do grupo escolar. As professoras organizam brincadeiras, ginásticas, jogos e cantos.

Mas poucas são as crianças que se sentem felizes. Muitas fogem ao recreio.

Por que?

Em casa já ouviram, muitas vezes, os pais dizerem que, se houvesse dinheiro o filho iria para uma escola particular, pois no grupo escolar as professoras são umas irresponsáveis, inúteis parasitas do governo.

Portanto a criança não se sente feliz no grupo escolar. Sente-se diminuída, por não poder frequentar outra escola; sente-se humilhada, por se misturar com os colegas, aos quais ouve os pais chamar de "gentinha"; e, sobretudo, sente-se oprimida, por não poder amar e respeitar as professoras que tanto se esforçam por ela.

Daí a criança do grupo escolar não ser feliz. Não é feliz porque tem nos próprios pais os seus maiores inimigos. Não é feliz, porque o problema da criança pobre goiana não é um problema escolar ou social: é, sim, um problema do berço.

Não cabe ao governo, a governo nenhum, solucionar esse problema. É uma questão de honra, de dignidade e

patriotismo. E está em vossas mãos resolvê-la, pais e mães: mais do que tudo, e precipuamente, em vossas mãos.

As professoras se esforcem, sim. Porém é preciso que os pais contribuam com a metade, ou com dois terços, dos esforços, na formação intelectual e moral dos seus filhos.

Olhai para o vosso filho, mães e pais de família. Vede essa almazinha que quer ser um bom cidadão, senha ser mais que um infeliz revoltado, e, sobretudo, deseja ter infância.

Olhai para vosso filhinho, e ajudai-nos — a nós, professoras — na dura tarefa de torná-lo feliz, hoje, em benefício do mundo de amanhã.

PROFESSORES DE GOIAZ

Não permitais que a vossa cultura permaneça estacionária!

Lêde, estudai, trabalhai, pelo bem da educação em Goiaz e no Brasil!

A indiferença do professorado pela leitura pedagógica e pela colaboração em revistas de educação assume um grave aspecto do problema educacional em um Estado ou País.

A Revista de Educação e Saúde publicará, no fim do ano, a estatística das colaborações do Professorado goiano.

Reconhecer o próprio erro é provar modestamente que se tornou mais razoável.

Swift

Campanhas de Alfabetização

Dr. Pedro Viggiano

Inspector Geral de Ensino do 2.º grau

Dentre os países latinos-americanos que, ultimamente, vêm empreendendo intensas campanhas de alfabetização em massa de seus povos, sobressai o México, em cumprimento de uma lei de emergência promulgada a oito de agosto de 1945, pelo então Presidente Ávila Camacho.

De acordo com os termos da referida lei, todos mexicanos residentes no país que souberem ler e escrever espanhol e forem maiores de dezolito anos e menores de sessenta, estão obrigados a ensinar ler e escrever aos outros habitantes da República entre os seis e quarenta anos de idade que o não souberem. Igualmente, os analfabetos de seis a quatorze anos que não estiverem matriculados em nenhuma escola e os de quatorze a quarenta anos têm a obrigação de aprender a ler e escrever.

Ao inaugurar formalmente a campanha, aquele ex-presidente, primeiro cidadão de seu país que se ofereceu para ensinar um analfabeto a ler e escrever, pronunciou as seguintes palavras:

"Sei muito bem que a educação de um povo não consiste exclusivamente em eliminar o analfabetismo, porém sei com igual clareza que o primeiro passo indispensável é ensinar a ler e escrever, e que, enquanto a metade dos mexicanos for composta de iletrados, nenhum dos outros problemas poderá ser formulado com a esperança de uma solução lógica e completa".

A formidável campanha que iniciou sob orientação daquele Presidente e do Secretário da Educação Pública, participando dela tôdas as autoridades administrativas federais, estaduais e municipais, bem como as sociedades culturais e cívicas de todo o país, fôra dividida em três etapas: primeira, de ORGANIZAÇÃO; segunda, de ENSINO; terceira, de REVISÃO e EXPOSIÇÃO.

Assim, em 1945, iniciou o Governo mexicano a execução de um vasto programa de expansão educacional que compreende, entre outras cousas, a construção de grande número de edifícios escolares.

Também, como na terra de Toledano, outros países irmãos, Perú, Venezuela e Equador, Guatemala, Honduras, Haiti e República dominicana, interessados em reduzir o analfabetismo, não têm descurado desse magno problema.

O Governo do Perú, onde, segundo o recenseamento de 1940, o analfabetismo alcançou sérias proporções, deu início à sua campanha alfabetizadora a quatorze de maio, dia do

professor peruano. Criou-se, por um decreto, uma secção de alfabetização anexa a cada uma das escolas elementares. A guiza de estímulo para o magistério, reconhecer-se-á um ano de serviço a todo professor que conseguir alfabetizar 15 adultos ou adolescentes.

O Governo da Venezuela, por sua vez, se impôs grande tarefa alfabetizadora de seu povo, sendo organizadas, em cada um dos estados e territórios e no Distrito Federal, Juntas especialmente constituídas para o caso, pois, como no México, na campanha venezuelana, tomarão parte os governos seccionais, municipais, as diversas associações e os particulares.

O Governo do Equador, decretou em agosto de 1945, uma nova espécie de impostos para os proprietários de fazendas e prédios agrícolas, com o objetivo de aumentar os fundos destinados ao fomento da educação rural e a alfabetização das massas camponesas; também, pelo mesmo governo, foi criada a "Caixa de Construções Escolares, para todos os fundos ordinários destinados à construção de escolas.

Eis, em síntese, amável e possível leitor, o que acabo de ler, nesta cinzena manhã de agosto, banhada por um sol sem violência, sobre campanhas de alfabetização, em vários países irmãos, em "Leitura para Educadores", número 10, de maio de 1945, do Departamento de Cooperação Intelectual União Pan-americana-Washington, D. C..

X X X X

O impulso que a administração do ensino público vem imprimindo, no nosso caro Brasil, nestes últimos tempos, longe, ainda, de corresponder às nossas necessidades, acaba de se manifestar, mais uma vez, com a assinatura do Acordo Especial, entre o Ministério da Educação e os Estados da Federação, para construção de mil cento e oito prédios escolares nas zonas rurais.

Aos espíritos menos observadores, esse ato poderia passar despercebido em meio à série de providências (leis orgânicas do ensino primário e normal) que o Governo vem tomando com o objetivo de melhorar nossa situação, realizando vasto plano de expansão educacional no país, no qual ocupa um importante lugar o problema da alfabetização das massas obreiras e camponesas.

De fato, a nova era administrativa do ensino público, que teve como ponto de partida o Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942 instituindo o Fundo Nacional de Ensino Primário e dispondo sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário, culminou no recente decreto-lei nº 9.256, de 13 de maio de 1946, sobre a aplicação e melhoria do sistema escolar em todo país. De acordo com os termos do citado decreto, os re-

ursos financeiros a que se referem os artigos 2º e 3º do decreto-lei nº 9.146, de 8 de abril de 1946, depois de registrados pelo Tribunal de Contas, serão distribuídos à Tesouraria do Departamento de Administração do Ministério de Educação e Saúde, para aplicação, exclusivamente, em construções escolares e aquisição de equipamento escolar e material didático.

X X X X

Nunca é demais insistir em que, atualmente, existe em nosso País um triste "deficit" de mais de dois milhões e quinhentas mil crianças sem escolas. Em nosso Estado esse "deficit", ascende à mais de cem mil. Por isso, saudamos com grande esperança a assinatura, no dia 31 de julho, entre o Governo Estadual e o I. N. E. P., do Acordo Especial, pelo qual, dentro em breve, iniciar-se-á a construção de 28 prédios em zonas rurais, dos 74 que nos couberam.

A assinatura do referido acordo que concedeu, neste ano, escolas primárias rurais aos Estados, "velo abrir novo ciclo na história do Ensino Primário no Brasil, já que os Estados podem contar com a ação supletiva e com o auxílio da União, razão pela qual o analfabetismo será extinto no Brasil", conforme bem acentuou o dr. Alfredo de Castro, no discurso, que pronunciou, no Ministério da Educação, por ocasião do recebimento da doação das escolas destinadas a Goiás, como nosso representante. Será, é certo, uma árdua e diuturna luta, mas precisamos vencê-la... Pelos dados seguintes verificamos quão sério é o problema da alfabetização das massas camponesas em nosso país, um dos poucos no mundo, em que ainda predomina a população rural sobre a urbana.

Segundo dados estatísticos no ano de 1943, o número de alunos matriculados, em nossas escolas, era de 37.950, assim distribuídos:

Urbanas	21.740
Distritais	7.239
Rurais	8.871
	<hr/>
	37.850
Ano de 1944:	
Urbanas	23.861
Distritais	7.156
Rurais	7.839
	<hr/>
	38.856

Como vemos, o número de matrículas nas escolas rurais, no ano de 1944, sofreu um decréscimo de 1.032 alunos, comparado com o ano anterior. Qual o número de escolas exis-

tentes no Estado, compreendidas as urbanas, distritais e rurais? É o seguinte, ainda segundo a estatística:

Urbanas	229
Distritais	114
Rurais	180

Ora, considerando as escolas distritais como rurais, e de fato o são temos um total de 294, quase todas instaladas em verdadeiros pardieiros, condenados pelos mais comexinhos princípios de higiene e pedagogia, com enorme prejuízo para o ensino público e para a saúde dos escolares e professores. Os administradores pouco cogitaram da construção de edifícios próprios para os estabelecimentos de ensino, principalmente ensino primário. É verdade que, em alguns municípios, já se encontram prédios de grupos escolares, dignos desse nome.

Allá, é este o panorama em todo o Brasil: por um inquérito feito em 1941, dos 28.302 prédios escolares existentes para o ensino primário apenas 4.927, eram próprios estaduais ou municipais e desses 1.718 foram contruídos especialmente para fins escolares. Tudo isso demonstra a importância de construções escolares. Construídas as 74 escolas rurais e depois de instaladas, sendo de 80 alunos a capacidade da cada escola, teremos uma matrícula de 5.920, passando de 14.989 para 20.099 o número de alunos matriculados em zonas rurais, vale dizer 2.952 menos que nas zonas urbanas. Isso sem computar as escolas últimamente criadas pelo atual Interventor Federal Exmo. Sr. General Felipe Xavier de Barros que, honra lhe seja feita, não tem descurado do problema do ensino em nossa terra.

Eis um quadro demonstrativo, do número de crianças de 7 a 11 anos, não matriculadas no ensino fundamental, nos municípios, com a percentagem, nos quais serão edificadas as primeiras 28 escolas das 74 doadas:

Itacé	958	93,83
P. Afonso	3.666	88,51
S. M. do Araguaia	2.580	87,61
Paraguá	1.513	85,82
São-Vicente	1.090	84,76
Luziania	1.889	86,67
Tocantinópolis	3.191	81,85
Anicuns	1.608	80,52
Mataoá	1.587	77,85
Piracanjuba	1.631	79,29
Natividade	1.116	79,04
Jaraguá	2.410	78,80
Corumbá	1.788	78,70
Arraias	1.389	78,03

Minérios	656	77,44
Itaberá	1.787	75,85
Palma	464	74,96
Rio Verde	3.086	74,60
Pontalina	1.027	74,47
Taguatinga	1.051	73,65
Pôrto-Nacional	2.914	73,58
Uruassú	944	73,07
Caldas-Novas	1.022	72,27
Golaz	4.078	69,89
Pirenópolis	1.413	68,19
Itumbalara	1.446	67,41
Planaltina	624	66,16
Suçupara	723	65,88

PROMOÇÕES

Tempo virá em que as promoções de classe na carreira do magistério se realizarão essencialmente por merecimento, dando-se especial valor às demonstrações públicas de capacidade e interesse pela educação, — tais como a colaboração ativa e permanente em publicações pedagógicas, a participação em congressos, conferências, associações de cultura e atividade social em prol de iniciativas úteis.

ESTUDAI, PROFESSORES !

O professor rotineiro, retrógrado, que julga ter cessado a sua obrigação de estudar ao receber o diploma de normalista é um míope pedagógico, fadado a permanecer sempre à retaguarda da nobre profissão que deveria procurar honrar e engrandecer.

Composição no curso primário

Prof. Eliacena Pereira da Costa
Do Grupo Escolar de Flanallina

Se há na instrução primária uma disciplina que deva ter superioridade sobre todas as demais, é a língua nacional.

No ensino desta, a parte essencial é a que diz respeito à composição.

Salvo raras exceções a composição não agrada ao aluno e não agrada nada ao mestre. A escolha e o preparo dos assuntos tornam uma sobrecarga para este a dificuldade do trabalho e sua insuficiência ordinária torna-o desagradável àquele. Em geral a professora dá um assunto para a composição, às vezes junta a isso um sumário e considera-se satisfeita. Isso é pouco. Uma composição na escola primária deve ser longamente preparada. E não há classe mais agradável, mais divertida do que o preparo de uma composição.

Exposto o assunto, deve-se fazê-lo repetir pelos alunos, admitindo-se francamente as pequenas variantes que alguns introduzirão no narrarem. Em casos tais a professora deve dar uma boa lição sobre a necessidade de bem observar. A fidelidade do testemunho, a exatidão das observações, são cousas importantíssimas na vida. É uma boa ocasião para desenvolvê-las.

Há, porém, na narração um certo número de personagens. Fará que os alunos, cada qual a seu modo, proponham tipos para esses personagens figurando-os nitidamente. Estabelece-se entre os alunos verdadeira emulação. De vez em quando surgem casos próprios da imaginação infantil, personagens cuja descrição não pode convir para a narração que se projeta. A profes-

sora mostrará então que tais personagens assim concebidos não são os mais próprios. Gracejará sem zombaria o necessário para manter a alegria e o interesse na classe e sem acabrunhar o menino que cometeu o erro.

Se se trata de uma descrição a procura de assuntos também será viva e interessante. Em toda descrição, procura-se em geral exprimir um sentimento determinado; a alegria, calma, terror, beleza etc..

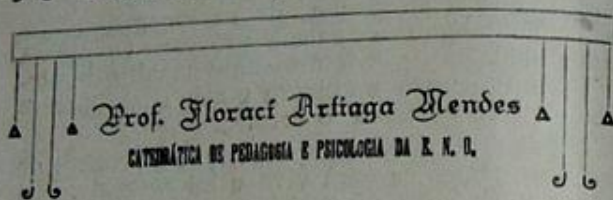
Se por exemplo, de um pôr de sol, calma, de uma tempestade, terror. Há um outro processo mais simples para o preparo de uma composição. Consiste em seguir a ordem dos sentidos e indagar os fenômenos de vista, de ouvido, de tato, de gosto, de perfume, etc..

É bem evidente que, depois na descrição não se pedirá aos alunos que ponham em peletões separados as cousas que se vêm, depois as que ouvem e assim por diante. São materias que eles usarão como quiserem e na proporção que lhes pareça bem.

Os melhores assuntos para dissertações na escola primária, são os acontecimentos da vida cotidiana.

Nada há tão interessante, como uma aula em que se prepara uma composição. Durante o tempo do interrogatório um aluno fica ao lado do quadro negro, para escrever as palavras da ortografia duvidosa e difícil. Nunca se deve deixar escrever errado para depois corrigir. Todo esse preparo tomará talvez meia ou uma hora. Pouco importa, terá sido um excelente trabalho. No dia seguinte a professora repetirá apenas o título da composição e mandará que os alunos escrevam. Nessas condições a correção das provas oferecerá muito menos trabalho. E a composição terá sido uma lição de pensamento, de alegria em muitos casos de moral.

A Ruralização do Ensino



Prof. Horaci Artiga Mendes

CATENÁTICA DE PEDAGOGIA E PSICOLOGIA DA R. N. O.

A educação rural sendo o "preparo do homem para a vida do campo", não pode seguir a mesma orientação da escola urbana; necessita de métodos especiais, organização própria e, principalmente, de professores com formação técnica rural feita em estabelecimentos de ensino normal rural.

O professor urbano formado em escolas normais comuns, não está preparado para o exercício do magistério rural, pois as noções indispensáveis das atividades agrícolas que teria de dar nas escolas do campo, não constam do programa do curso normal comum.

Para que o professor possa ter um cabedal de conhecimentos necessários ao magistério rural, é indispensável que tenha feito um curso especializado e só então estará apto a ministrar noções que interessem realmente ao homem do campo.

A sua tarefa educativa não se limitará ao ambiente escolar, pois será um orientador esclarecido e competente sempre pronto a auxiliar fazendeiros, criadores, lavradores que o procurem, no intuito de difundir conselhos técnicos relativos a essas diversas modalidades de trabalho.

Será também um colaborador eficaz do Serviço de Saúde Pública do Estado, na educação sanitária e formação da consciência eugênica do homem do campo.

Deverá não só conhecer métodos de agricultura modernos e racionais, cruzamento de raças e espécimes animais e vegetais, criação de aves e animais domésticos, abelhas e bicho da seda, como ter noções práticas de economia doméstica, bem como de cerâmica e carpintaria, que ajudem o homem do campo a melhorar o seu lar.

Terá de conhecer épocas de colheitas, sementeiras, podas das plantas, assim como o emprego de adubos químicos, para dar orientação segura aos que dela precisam. Daí se deduz que a formação agrícola é essencial

para o professor rural, pois sem isto, ele perderia um pouco da sua superioridade e do seu prestígio sobre o homem do campo.

O trabalho da educação, além disto, exige verdadeiro

"gosto" do professor pelas coisas que ensina e, por isso mesmo, o normalista da cidade não seria bom professor rural, porque estaria sempre entediado da vida do campo, contando os dias de voltar para a cidade.

Isto seria um fracasso na obra educativa, pois não haveria estabilidade na orientação didática, com a troca sucessiva de professor, pois, raramente eles se radicam no ambiente rural a não se adaptando como seria necessário.

Essa dificuldade tem prejudicado a educação rural, pois para que as escolas do campo não estejam fechadas, o Governo tem de nomear pessoas leigas, incompetentes, embora talvez cheias de boa vontade, de vez que os normalistas da cidade não suportam a vida de roça...

É indispensável, pois, um curso rural especializado para o professor do campo em que se lhe proporcione o preparo necessário, ao mesmo tempo incentivando o seu amor pela natureza e pelas atividades agrícolas, sem o que continuará sempre esta triste situação da zona rural, justamente aquela que será no futuro, o celeiro do mundo.

É preciso que se concretize o projeto do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia em 1942.

O Brasil precisa de profs. rurais e Goiás com maior razão, pois as atividades agro-pecuárias são a base da sua vida econômica e, se compreendemos de fato a educação como o "preparo para a vida" e a escola como o cadinho preparador das nossas aspirações sociais e políticas, não há motivo para permanecermos ainda nessa preocupação errônea de alfabetizar desajustando...

Trabalhem pela ruralização do ensino no Estado de Goiás, pratiquemos pelo menos atividades agrícolas anexas aos estabelecimentos urbanos, abramos aos olhos dos nossos pósteros esse Evangelho vivo da Natureza, esse potencial magnífico de possibilidades que lhes inspirará o sonho miraculoso e incomensurável da conquista do Brasil pelos próprios brasileiros!

Nada contribue mais para a ordem e a economia do que ter cada coisa em seu lugar.

Fenelon

História da Educação em Goiaz

INSTRUÇÃO EM BONFIM

— J. Lupus —

Por decreto de 31 de outubro de 1832, foi criada em Bonfim, hoje cidade de Silvânia, a primeira cadeira de Ensino Individual, com o ordenado anual de Cr\$ 200,00!...

O antigo prédio situado à rua Direita da cidade, destinado ao ensino primário do sexo masculino, foi doado à Prefeitura Municipal, então Intendência, pelo comendador Francisco José da Silva, progenitor do ilustre e saudoso goiano, major Henrique Silva.

Em 1846, foi criada uma aula de gramática Latina em Bonfim, para a qual foi nomeado o ilustre bonfinense José Honorato da Silva e Sousa, progenitor do saudoso intelectual desor. Vicente Miguel da Silva Abreu, que teve carta de provimento vitalício em 6 de junho de 1847.

Durante anos foi mantido, em Bonfim, o Colégio "Bonfinense", fundado pelo abalizado educador goiano, sr. Antônio Eusébio de Abreu, goiano dos mais ilustres, estabelecimento de ensino que proporcionou reais proveitos à mocidade de diversos pontos do Estado.

Na administração municipal do sr. Francisco de Assis Moraes, foi, em 1919, construído o prédio onde funciona o Grupo Escolar "Molsés Santana", ano em que nenhuma cidade do interior possuía estabelecimento de ensino em idênticas condições.

O corpo docente do referido estabelecimento foi mantido durante três anos pela própria Prefeitura Municipal, vindo a ser mantido pelo

Estado, no ano de 1922.

De início houve grande dificuldade na escolha de professoras, dada a então falta reinante de normalistas em nosso Estado, eis que os cursos normais, de aperfeiçoamento para os cargos de professoras, eram reduzidos, o que não acontece, presentemente, porquanto contamos com inúmeros estabelecimentos especializados no gênero.



— DOM EMANUEL, "O ARCEBISPO DA INSTRUÇÃO" —



— GINÁSIO E ESCOLA NORMAL DE BONFIM —

GINÁSIO ANCHIETA

Fruto do espírito empreendedor do nosso preclaro Arcebispo, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, o Ginásio, em 1934, foi considerado estabelecimento de ensino secundário, ou seja, com inspeção permanente. A inspeção preliminar já existia desde 1932.

A pedra fundamental do grande prédio foi lançada em 24 de maio de 1925, mas só em setembro de 1927 foram iniciadas as obras, que continuaram, ininterruptamente, até 1929, quando se concluiu a metade do edifício. Para aí se passou, desde então, o externato que vinha funcionando regularmente desde 1926, na cidade de Bonfim, começado também o internato.

O Ginásio está situado nos altos da cidade, em terras então pertencentes ao Patrimônio da Diocese de Santana denominado "Mato de Nossa Senhora", hoje pertencente à Congregação Salesiana.

A 22 de novembro de 1936, foi feita a primeira colheita dos frutos do Ginásio Anchieta, que o sr. Arcebispo plantou nas planícies de Bonfim, primeiro internato masculino que foi fundado em Goiás, e que vem sendo dirigido pelos abnegados filhos de Dom Bosco. Naquela data, foi diplomada a primeira turma do estabelecimento: Agnaldo Lousa, Antônio Corrêa Neto, Benedito Odilon Rocha, Carlos Gomes de Faria, Djalma Bernardino da Costa, Epaminondas Lousa, Hélio de Araújo Lôbo, José Lousa Neto, José Sizenando Jaime, Misak Ferreira Júnior, Otássio José Corrêa e Tenyson de Oliveira.

A 5 de junho de 1929, visitando o Ginásio Anchieta o General Antenor de Santa Cruz, filho deste Estado, já falecido, o tenente Oromar Osório, o tenente-coronel Raimundo Sampaio e o



major Heitor Borges, deixaram inscrito em livro próprio o termo:

" Termo de visita. Visitando nesta data
 " o Ginásio Anchieta, estabelecimento
 " de ensino que honra sobremodo o
 " Estado de Goiaz e coloca em eleva-
 " do destaque mais uma vez, os ser-
 " viços que à instrução hão prestado
 " os membros do clero católico e per-
 " tencentes à diocese goiana, deixa-
 " mos aqui consignada a magnifica im-
 " pressão que nos causou a modelar
 " organização do referido Instituto".

No alto da cidade, dominando um dos amplos chapadões do planalto central, está o Colégio "Nossa Senhora Auxiliadora", proficiente-mente dirigido pelas incansáveis Irmãs Salesianas, espargindo luzes pelas jovens que lá vão buscar os fulgores da ciência.

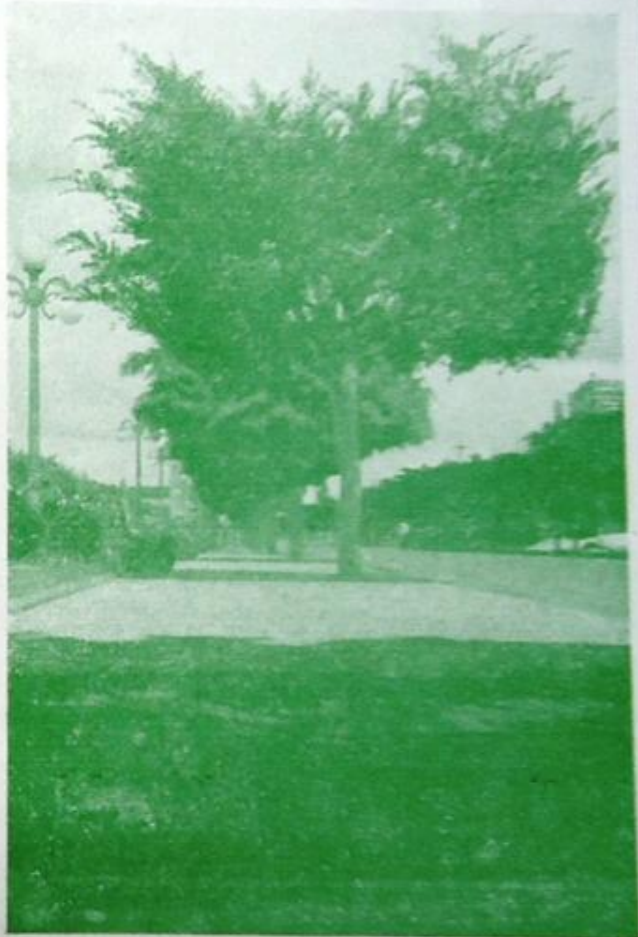
Foi instalado em 1932, no antigo prédio, já demolido, no local onde está hoje edificado o Fórum da cidade. Em 1935, foi iniciada a construção do atual prédio. A 6 de dezembro de 1936, foi diplomada a primeira turma de normalistas: Albertina Guimarães, Carmen Felix de Souza, Celuta Felix de Souza, Etelina de Souza Ramos, Idaleta da Mota, Eunice Batista, Hilda de Souza Ramos, M. Carmelita do Nascimento, Maria de Lourdes Umbelino, Maria de Moraes Siqueira, M. Salomé Ramos, Maurise D. do Nascimento, Neli Gomes dos Santos e Odilia de Souza Ramos.

No Colégio "N. Senhora Auxiliadora" é hoje, também ministrado o Curso Ginásial.

Foi também fundado pelo benemérito Sr. Arcebispo Dom Emanuel, incansável fundador de estabelecimentos de ensino na terra goiana.



A SEMANA DA ARVORE



" Um dia ao voltarmos, em busca de flores
 Ou flores, ou frutos, ou sombras dará "

A SEMANA DA ARVORE

A Semana da Árvore em 1945 foi brilhantemente comemorada, com um grandioso programa de festividades escolares, incluindo palestras de professores e alunos, de técnicos de educação, de médicos e economistas.

Patrocinada pelo Departamento Estadual de Cultura, então de Informações, com a colaboração do Departamento de Assistência ao Cooperativismo e do Departamento de Educação, orientada por uma comissão de Professores goianos, sob a direção da Prof. Amália Hermano Teixeira, a Semana da Árvore de 1945, constituiu um grande acontecimento educacional, culminando com uma memorável concentração na Praça Cívica, a 21 de setembro, com a presença de autoridades e extraordinária massa popular.

Altas autoridades plantaram árvores nos jardins da Praça Cívica, naquela ocasião, tendo sido filmada a patriótica solenidade.

Rememorando tão notável realização, divulgamos hoje em nossas páginas, algumas das palestras pronunciadas durante aquela Semana, como contribuição ao preparo das atuais gerações para a defesa do patrimônio florestal do País, o que constitui um problema nacional.



Jardinagem

ALICE LEÃO

Técnico de Educação Primária do
— Departamento de Educação —

Houve tempo na vida da terra, durante o qual uma grande parte dela, não coberta pelas águas, era quase toda de pedra dura sem uma única planta. O calor forte e o frio entretanto foram rachando as pedras. A água das chuvas foi penetrando por estas aberturas; o ar quente e úmido foi roendo as pedras grandes e pequenas. Estas, tanto de fora como de dentro da terra, dêste modo rachadas, abertas, partidas, lascadas, pelos raios das tempestades, arrastadas pelas indômitas e selvagens águas, pelo imenso de gelo, pelos rios de enxurradas, por constantes terremotos, por chuvas torrenciais, pela bôca cheia de fogo dos vulcões, eram esmagadas e misturadas.

Sobre as pedras, nas alturas, foram nascendo aqui e ali as primeiras plantas, pequeninas, miudinhas. Com a multiplicação dessas plantinhas, as aberturas, antes apertadas, foram cedendo pouco a pouco, como sob a pressão de férreas cunhas. Como se vê a destruição das pedras aumentava. As rochas por tantos inimigos atacadas anos e anos, foram sendo transformadas em pó, em areia, em barro, em pedregulho. Com o correr dos tempos isto foi se misturando e formando as terras arenosas, barrentas, mistas, vermelhas, brancas, pedregosas.

Ao lado das plantinhas, foram aparecendo plantas maiores e com elas o primeiro verde que viu o mundo. Depois destas, apareceram ainda mais plantas, pequenas e grandes, árvores de toda forma e tamanho. Todas cresceram e au-

mentaram tanto que cobriram montanhas e vales com seu esmeraldino manto. Formaram-se as primeiras florestas, as primeiras matas dentro das quais nasceram as fontes, reuniram-se os pássaros e outros animais, pequenos e grandes, fizeram morada.

Conforme reflexão de um viajante ilustre, as matas brasileiras — as únicas tão compactas que se lhes poderia caminhar por cima, representam a democracia livre das plantas, democracia cuja existência consiste na luta incessante pela liberdade, pelo ar e pela luz. Não há família que monopolize uma zona com exclusão de outros grupos. As mais variiegadas espécies medram, fraternizam, entrelaçam-se. É um digno exemplo de perfeita igualdade. É o espetáculo máximo da natureza nos levando lições de fraternidade e amor ao nosso semelhante. O espectador, contemplando esta imensidão de verdura, fica extasiado. Seus sentidos, todo seu ser nada percebe sinão imagens de escultura, talhadas pela mão divina da natureza; não chega mesmo a distinguir formas precisas na floresta vírgem. Plantas em baixo, em cima, dos lados, não o permitem, florestas sobre florestas, numa sucessão interminável de folhagens.

Aproximemos mais. Contemplemos. Que portentosa variedade de contornos! Troncos aglomerados, lianas enlaçadas, formas brutais ou mimosas. Reparemos as folhas. Algumas cor de fogo ou de púrpura; "macias e delicadíssimas estas, a pedirem carícias; ásperas, espinhosas, agressivas, aquelas; largas ou grotescas terceiras".

Voltemos agora nosso interesse para as flores. É a orquídea, soberba e perfeita, dominando o ambiente. Sobre os troncos, centenas de pequeninas flores formam rico tapete de matizes. Estas as flores silvestres mas há também as flores cultivadas. O homem, reconhecendo o valor artístico e biológico das plantas, trouxe-as

para os centros urbanos.

E é assim que hoje descobrimos verdadeiras jóias moldurando residências: lírios alvos, rosas multicores; em multidão, jasmims vermelhos cobrem paredes, tectos e janelas; açucenas, talvês as mais fragantes; violetas, serenos pensamentos que o mistério e a solidão despertam nas almas sonhadoras da mocidade.

Já disse alguém que as flores são os sorrisos, os encantos e os prantos da vida — companheiras eternas de nosso destino. Poetas se enamoram delas. Jovens empregam-nas em sua linguagem romântica. Crianças com elas se enfeitam em seus brinquedos. Em seus arbustos, pássaros buscam abrigo. As abêlhas aos enxames, sugam seu nectar para o delicioso mel. Em colhendo-as e dispondo-as graciosamente dentro de casa, irradiam paz e felicidade.

A pródiga natureza nos oferece todos estes encantos. Entretanto tudo isto parece caso não apareçam mãos hábeis e carinhosas para cuidá-las. Cultivar, podar, regar plantas. A jardinagem não só recreia e distrai como enobrece quem a pratica. Em nosso meio já se tornou um hábito dizer que o cultivo da terra é ocupação de pobre. É preciso acabarmos com isso. Vejamos por exemplo os EE. UU. Lá mais da metade dos escolares, 54% do professorado e 88% dos prédios escolares se encontram em regiões rurais.

Se a educação é vida e preparação para a vida, a alfabetização por si só não satisfaz; é preciso também despertar no escolar gosto pelas atividades produtivas; encaminhá-lo de modo a tomar conhecimento do valor de sua ação na economia doméstica e na sociedade.

Por meio da jardinocultura, a escola liga o menino ao trabalho quotidiano; é uma atividade útil, realizada em forma de divertimento. É mesmo um jogo. PORQUE?

Suponhamos o seguinte problema. Uma es-

cola isolada é aberta em lugar pobre. O povo daquela região não dá valor às plantações. Professor e alunos chegam; tudo triste, paredes nuas, terra seca, nada de plantas. Como melhorar nessa escola? De acôrdo com a classe, podemos sugerir e guiar:

1º. — Cada aluno deve fazer o desenho de um jardim;

2º. — Discutir e julgar os desenhos sugerindo mudanças práticas;

3º. — Confecção de uma planta definitiva, no quadro negro; dividir os canteiros entre os alunos;

4º. — Passar o desenho para a realidade. Aqui surgem oportunidades únicas para o "aprender fazendo"; assim:

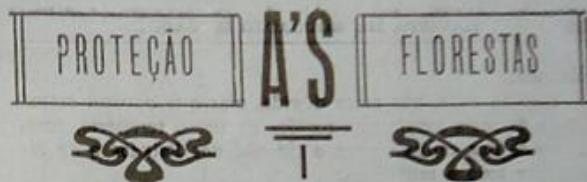
- A — Geometria — 1 — linhas—traços;
2 — formas—dimensões;
3 — uso de instrumentos especiais, como — nível, régua, etc..
- B — Geografia — 1 — mapa do prédio
2 — mapa do jardim;
3 — mapa dos dois juntos;
4 — pontos cardiais;
- C — Aritmética — 1 — problemas sobre sementes — sobre mudas, sobre n. de alunos, sobre a doação dos canteiros aos grupos, etc..
2 — compras de sementes e mudas;
4 — problemas sobre tamanho dos canteiros;
- D — Moral — porque não estragar ou arrancar plantas dos jardins e logradouros públicos;

- E—Língua Pátria—1—Leitura de trechos sobre plantas;
 2—História do Pinheiro Descontente;
 3—Composição sobre as plantas;
 4—Poesias sobre a árvore;
- F — Ciências — 1 — observações sobre animais — vegetais minerais;
 2 — experiências para compreensão da função clorofiliana;

5. — Zelar pela conservação do jardim.

Como se nota, o projeto é longo e pode durar o ano todo. Tudo depende do professor. Os alunos podem depois organizar o viveiro e vender mudas de flores. Fazer plantas para jardins em suas casas. Promover concursos, organizar exposições, adornar a classe, etc. etc..

Os jardins colocam ao alcance das crianças os mais variados motivos, que podem ser aproveitados em desenhos, bordados, recortes, modelagem. Além disso, desenvolvem o espírito de cooperação, o sentimento de nobreza, a iniciativa, transformando a escola antiga num CENTRO DE INTERESSE, onde professores e alunos trabalham para construir. Sim, porque a escola é parte integrante na vida do educando; este tem o direito e precisa participar em sua organização e administração. Realizando, dependendo dos outros, o aluno adquire amor ao trabalho. É bom lembrar aqui que a atual área agrícola do Brasil é de 6.700.000 km². O cultivo de jardins, hortas e pomares, a criação de pequenos animais deve, por isso merecer justa atenção da parte dos educadores que desejam realizar o ideal da escola ativa: **DIGNIFICAR O TRABALHO MANUAL E RACIONALIZAR OS METODOS DE ENSINO.**



— Prof. Ari Demostenes de Almeida —
 Do Colégio Estadual

"A riqueza do Brasil em florestas é quantitativamente e qualitativamente insuperável, podendo-se mesmo afirmar que o problema florestal tem aqui tanta importância quanto o problema agrícola".

Foram estas as palavras do professor Nicolau Vavilov, da Universidade de Cornwall, quando de sua visita ao Brasil.

Impressionou de tal maneira o patrimônio florestal de nossa Pátria ao ilustre visitante, — autoridade mundial em economia agrícola, que não poupava ocasiões para exaltar os prodigiosos recursos naturais que nos oferece a flora brasileira.

Em 1943 nossas matas abrangiam uma superfície de 4.500.000.000 metros quadrados e tamanha era sua riqueza em matérias primas, que não se comparava a qualquer outra em nenhuma região do globo.

E, foi por isso que, visitando nosso país em princípios do século passado, os naturalistas Europeus — Martins, Spix, Gardner, Saint Hilaire e vários outros — sentiram a mais profunda admiração e assombro pela incomparável opulência e riqueza de nossas florestas.

Mas se em 1943 possuíamos aquela superfície coberta de matas, em 1930 tínhamos seis bilhões e em 1920 sete bilhões de metros quadrados.

Nota-se, portanto, que o maior desbravamento se passou no período de 30 a 43 e seria cada vez mais crescente a derrubada se nosso Governo não acordasse em tempo, não tivesse essa visão feliz, protegendo a vegetação contra a inconsciência dos lavradores ou o espírito satânico dos que passam pelas estradas e se aprazem em ver fogueiras

colossais.

Medida feliz, não resta dúvida, mas que deveria estender-se às mais longínquas regiões de nosso território, irradiando-se das capitais para o interior dos Estados e da cidade por todo o município.

As celebrações da "Semana da Árvore" não têm, em todas as localidades, o brilho que se observa em Goiânia.

A Comissão organizadora dos festejos, não poupando esforços, soube dar o verdadeiro cunho de patriotismo a essas comemorações.

As palestras, realizadas nos diversos colégios, instruindo a juventude, inculcando-lhe o amor pelas riquezas naturais que possuímos e ministrando-lhe os conhecimentos indispensáveis à conservação de nosso patrimônio florestal, nada mais visam que a grandeza da Pátria e o bem estar das gerações futuras.

E as jovens que agora nos ouvem, de espírito romântico, poético, artistas do pincel ou economistas, sairão apregoando, no setor de suas atividades, em suas residências, na cidade ou na fazenda, os benefícios inconfundíveis que nos proporcionam as matas.

Combate, pois, ao machado e ao fogo, os dois amigos inseparáveis que se unem para a faina destruidora, acarretando imensos prejuízos à economia nacional e destruindo as belíssimas paisagens — fontes de inspiração dos artistas da pena ou da tela!

E as derrubadas, trazendo muita vez vantagem fugaz e ilusória para os proprietários — são seguidas de funestas consequências, pois o desaparecimento da vegetação acarreta modificações no regime das águas; seca ou diminui o volume dos córregos e consequentemente dos rios e esteriliza as terras, antes férteis e produtivas . . .

E o fogo completa a obra do aniquilamento.

Alastram-se em famélicas labaredas, tudo devorando; salta os azeites e estradas, propagando-se além de seu objetivo, pelas matas adjacentes, tudo consumindo . . . E assim, imensa riqueza extingue-se todos os anos, sem nenhuma providência para sua renovação.

No Brasil, — em São Paulo e no Rio —, já se notam medidas excelentes para a reabilitação de nossas matas.

E os prêmios instituídos pelos Governos da União e daqueles Estados muito dizem do interesse dos que governam pelo magno problema da conservação e replantio de nosso solo.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, por exemplo, conseguiu o primeiro lugar, há pouco tempo, efetuando a plantação de onze milhões de pés de eucaliptos.

Naturalmente que essa Companhia não fez semelhante trabalho pelo simples prazer de plantar árvores ou para vé-las enfileiradas por extensas regiões, transpondo vales e montes. Progressista como nenhuma outra similar no Brasil; eletrificada em grande parte de seu percurso e com projeto para completar sua eletrificação, tendo, portanto, reduzido o gasto de carvão, não teria tanta necessidade de replantar suas terras apenas para obter dormentes. Acima de tudo estava a visão patriótica dos dirigentes daquela Empresa . . .

Outro exemplo notável de grande empreendimento em benefício da natureza, revestindo novamente o solo e fazendo com que as essências desaparecidas erguessem outra vez, na terra assolada, suas copas frondosas e verdes — foi dado por Acher, que, por ordem do Barão do Bom Retiro, executou o reflorestamento da Tijuca, uma das maiores belezas e encantos do Rio de Janeiro. Ali havia antes florestas imensas. Veio depois a plantação do café, que se estendeu por todos os morros. Extinta esta, em suas selvas e sem culturas, estava a região completamente desprovida de beleza e utilidade. Acher trouxe, então, de Mangaratiba e de outros lugares mudas de essências variadíssimas, que são as magníficas florestas de hoje.

Mas, infelizmente, os exemplos são poucos.

A maioria de nossos lavradores não tem ainda qualquer idéia do mal que praticam com as derrubadas colossais de todos os anos. Em parte lhes damos razão, por que, como dissemos, desconhecem os efeitos desastrosos que advêm dessa devastação.

Felta a derrubada, fazem ali sua roça durante um, dois ou três anos seguidos. Então a terra já começa a perder sua fertilidade. Já não produz a mesma colheita dos anos anteriores — e o lavrador vê-se obrigado a abandonar a-

quela área, fazendo a nova derrubada para suas roças e deixando abandonada ou transformada em simples pasto, às vezes sem nenhum cuidado especial, extensa região que antes constituía uma de suas grandes riquezas.

Mas se assim acontece é porque nossos homens do campo não têm ainda nenhuma visão econômica e desconhece os processos mais elementares para a refertilização do solo. E além de desconhecer não possuem meios para adquirir máquinas para a lavoura — como o arado, que revolve a terra e lhe dá novas forças —. Torna-se, pois, necessária a intervenção dos poderes públicos também nesse setor, instruindo o lavrador ou o fazendeiro, para que todos conheçam métodos modernos para a lavoura e saibam aproveitar suas terras, conservando suas riquezas naturais. E a "Semana da Árvore", que hoje se celebra nas cidades e nos colégios, deveria estender-se, como frizamos, por todos os recantos da Pátria, visitando fazendas, distribuindo instruções e fazendo palestras, onde para tanto houvesse possibilidades.

E só assim evitaríamos os terríveis males do nordeste.

Estados como a Paraíba, já de há muito se vêem obrigados à importação de lenha!

Possue hoje apenas uns décimos por cento de matas e assim mesmo em pequenas manchas longínquas no meio dos sertões. A lenha de que necessita vai toda de Pernambuco, onde o coeficiente florestal tem descido bastante.

Segundo os dados de Gonzaga de Campos, era de 34%, baixando-se, segundo Luetselburg, para 14%. Em Alagôas o coeficiente de 27% está reduzido a um terço, ou sejam, 9%. Em Sergipe caiu mais ainda, quasi desaparecendo as matas: de 41% para 0,1% e na Baía, de 37 passou a 19%.

E com isso já se começam a sentir os efeitos da destruição: são as modificações profundas verificadas no regime das águas em todos os Estados, sobretudo no litoral.

Rios em outros tempos navegáveis em qualquer estação já não permitem acesso na maior parte do ano, mesmo às embarcações de pequeno calado.

Regiões vastíssimas jazem ressequidas, apenas cobertas pelos sapês, macegas e samambaias, enquanto no céu azul e límpido não surge uma nuvem sequer mensageira de

chuva . . .

Em todos os países, os biólogos, os geógrafos, os economistas preocupam-se com esse grande problema.

Na Itália existe a Milícia Florestal, que está sob a chefia de um general, tal a importância que se atribue ao problema da conservação das matas e ao seu replantio.

Nos Estados Unidos estamos cansados de ver os cuidados que se dispensa às florestas e conhecemos-lhes até os meios usados, que são os mais modernos, para a defesa e conservação do patrimônio florestal. Existem postos de vigilância com o aparelhamento necessário para acusar quaisquer incêndios e pessoal habilitado para combatê-los. E, como se tudo isso ainda não bastasse, criam-se parques, de extensões vastíssimas, que permitam a conservação de todas as espécies vegetais e animais do país, com possibilidades de ali continuarem a viver, como nos tempos anteriores ao aparecimento do homem na terra.

Nesse particular o Brasil também procurou imitar aquela grande nação americana, criando três parques, já conhecidos até no exterior: — o de Itatiaia, o da foz do Iguaçu e o da Serra dos Órgãos. E o Ministério da Agricultura promove patriótica campanha para que cada município tenha também seu parque.

E só assim, com a conservação desse tesouro precioso, poderá a geração futura orgulhar-se de suas riquezas florestais e do trabalho que empenhamos para lhes garantir esse patrimônio.

E como para nós é motivo de grande satisfação a lembrança de que o vinhático, o pau-setim, a peroba e o jacarandá das florestas brasileiras foram as contribuições de nossa Pátria para a construção do Palácio da Paz, erigido em Haia, e mais a lembrança de que causaram a mais viva admiração a todos os visitantes do magestoso palácio — assim esperamos que a geração futura se orgulhe do trabalho precioso.

Há pessoas que ignoram a parte ativa que tomam as árvores na vida humana, não as tendo senão como embelezamento de alamedas, jaridins, avenidas. Ignoram que são as nossas melhores amigas. Partes integrantes de nossa vida, expelindo o oxigênio por nós absorvido; que em quasi tudo,

há uma partícula ao menos do precioso madeiro.

Em nenhuma hipótese desejo dizer com isso, que as árvores não sejam derrubadas. Isto seria um impedimento à marcha do progresso. Mas, que, no mesmo lugar, novas árvores sejam plantadas. O reflorestamento é uma medida de primeira necessidade que deve ser tomada por todos agricultores e fazendeiros.

Que outro exemplo mais belo pode haver, do que a ação patriótica do Barão do Bom Retiro, mandando reflorestar a Tijuca, que, de "quasi morro pelado" é hoje "uma das maiores belezas e encantos do Rio de Janeiro" ?

Nunca deve ser esquecido que nos é dado explorar as florestas, utilizar de suas essências, mas, que é ainda de nossa obrigação cuidar delas e replantá-las para que também os futuros homens das mesmas tirem proveito.

Felizmente, o Governo já decretou o código florestal com a pena de prisão, detenção e multa aos infratores. E agora, dirigirei um apelo aos que me ouvem muito principalmente aos estudantes:

Protejam as árvores, cuidem delas com dedicação e amor e nunca deixem de observar em suas excursões e piqueniques, estes seis pontos, imprescindíveis à conservação de nossas florestas:

1º — Verificar se o fósforo está de fato apagado antes de jogá-lo fóra.

2º — Nunca atirar tócos de cigarros ou charutos ou cinzas de cachimbos sobre gravetos e fólhas secas.

3º — Afastar toda matéria inflamável antes de fazer fogo e sempre fazê-lo dentro de um buraco.

4º — Não se retirar do acampamento sem apagar bem o fogo feito.

5º — E, ao apagá-lo, socar o carvão ou jogar terra em cima.

6º — Ter o cuidado de não deixar sequer uma brasa, por que em tempo de vento, fácil é a propagação do fogo.

Tenho plena certeza de que, observados esses pontos, nossas florestas terão vida longa e nós teremos em maior escala o seu proveito. Protejamos nossas florestas e estaremos protegendo aos nossos próprio interesses.

O código florestal na Escola

Prof. Zecchi Abraão

Delegado Florestal em Goiânia

Antes de tudo, é preciso que nós todos abandonemos, nas escolas, essa praxe de comemorar a Semana da Árvore com discursivas e recitativos inexpressivos, fugidos da prática, e que mais se parecem com festinhas sociais sem finalidade. É preciso que se mostre à juventude a gravidade do problema de desflorestamento, e as consequências de um desastre econômico que isto poderá acarretar ao Brasil.

Se as gerações passadas não cuidaram do aspecto, tomemos nós um caminho de reabilitação.

Baixado o Código Florestal, inspirado de todas as previsões interessantes à nossa regeneração, vimos a nenhuma importância que lhe emprestamos.

O homem do campo, não alcançando a proporção dos danos das queimadas inúteis, é particularmente rebelde às recomendações do Governo, através dos delegados e guardas-florestais, funções criadas desde a vigência do Código.

Não admite o grande ou pequeno proprietário de terras que os poderes se imiscuem nesse assunto; não aceitam as restrições que lhes impomos, no sentido de reduzir ao necessário ao consumo doméstico, à indústria e ao plantio da roça, as queimadas que fazem por esporte, por comodidade.

Dentro de nosso cargo, são comuns as reclamações contra alguns fazendeiros, que botam fogo no seu mato, alcançando esse fogo as áreas vizinhas, destruindo tudo.

Mas, se queimar é fácil, difícil lhes parece o reflorestamento. Alimentando o ignorante otimismo

de que o Brasil "é o maior país do Mundo em reservas florestais", o fogo e a devastação campeiam por aí, sem que nós, detentores de um cargo obscuro, possamos fazer alguma coisa de prático e de regenerador.

Confessamos nossa impotência.

Está aí por que, entre vós, professores e alunos presentes a esta festa, deve o aspecto merecer melhor acolhida. Compensemos, pela propaganda, a deficiência da ação.

Gritemos para os que têm terras, em seu próprio benefício, que as matas um dia acabarão; as chuvas serão irregulares; os mananciais se vão diminuindo; a fertilidade vai decaindo.

E todos esses fenômenos consequentes às queimadas repercutirão um dia na cabeça econômica do Brasil.

Já passa de cem milhões de metros cúbicos o consumo anual de lenha, no Brasil; e atinge quase trezentos mil hectares a área devastada em cada igual período.

Ouviram, meus amigos, esses números?

Mas nem precisariam ouvir. Basta que se olhe ao redor de Goiânia, comparando-se os aspectos florísticos entre 1938 e 1945.

Vejamos a Mata do Algodão. Vejamos em outros Municípios do Estado, a destruição das zonas marginais à Estrada de Ferro de Goiás, numa profundidade e extensão absurdas.

Consideremos mais o seguinte: Estado que não dispõe de centrais elétricas, nossas mais elementares necessidades domésticas têm que ser satisfeitas pela lenha, pelo carvão e toda a sorte de produtos e sub-produtos vegetais. É fácil por esse raciocínio, concluirmos pela proporção do desastre que nos ameaça.

O trabalho de educação preventiva é muito grande e muito complexo. Não deve e não pode ser exercido apenas pelo Serviço Florestal.

Ficam convocados nesta festa, todos os senhores professores e alunos para colaborar nesta obra.

Difundi entre os fazendeiros vossos amigos a necessidade de dar-se proteção às nossas reservas florestais; que queimem ou devastem apenas o limite de suas necessidades agrícolas; que convoquem os funcionários do Serviço Florestal, a quem compete determinar a abertura do aceiro e outras providências preventivas; que replantem em proporção ao que destróem.

Apelo para o sr. Representante do dr. Interventor Federal, para que se instalem em outros municípios os hortos florestais, capazes de atender e estimular as iniciativas, infelizmente raríssimas entre nós, de reflorestamento.

E que cada um dos presentes se arme sinceramente de espírito, para a ajuda dessa campanha, sem o que estaremos nós mesmos cavando a própria ruína econômica de nosso grande Brasil.

Melhor que nossa advertência, estão as palavras do agrônomo João A. Falcão, Diretor do Serviço Florestal, ditas na solenidade da inauguração do Horto Florestal de Santa Cruz, relativamente ao problema.

"quase que deixou de ser problema, porque se transformou em qualquer coisa que atinge as raízes da calamidade".

É um dito que, por partido de uma das maiores autoridades nacionais no assunto, nos convida a sérios raciocínios.

(Resumo estenográfico)

O PROFESSOR E A LEITURA

A cultura do professor não pode e não deve permanecer estacionária e o melhor meio de fazê-la evoluir é através de leitura pedagógica, em bibliotecas, livros e revistas especializadas.



Necessidade do Reflorestame

Zoroastro Artiaga

A séria advertência que acaba de ser feita com a estiagem prolongada que ameaçou a economia do Brasil Central, deve ser recebida como um aviso amistoso das Forças Ocultas da Natureza, porque vivemos destruindo estupidamente as matas geradoras de chuvas, e devastando impunemente o revestimento florestal do país.

Não há nada inútil na Natureza e a ciência provou que as matas têm função importantíssima na realização dos fenômenos climáticos.

Tanto assim é que a cada ano, a primeira chuva fica retardada do tempo certo, distanciada de setembro, isto devido à devastação sistemática que fazemos para novas ro-

ças, exigido pelo aumento da densidade demográfica.

Terminada a queima da roça, o fogo, que não respeita o céu, continua queimando matos e invernadas alheias, dias e dias, até que encontra um obstáculo sério.

Os prejuízos são incalculáveis: queimam-se canaviais, pastos, ranchos pobres, cabanas onde já estavam a miséria e a dor morando com o homem rural.

Queimam-se todas as espécies raras do reino vegetal; estorricam-se os ninhos, e vai-se toda a esperança de reprodução de novas vidas, extingue-se também o humus acumulado para a agricultura; morrem animais cercados pelas chamas, devastam-se depósitos de madeira e de lenhas. E fica tudo isto em plena impunidade, porque os aceiros são feitos "para constar", e os vagabundos incendiários, que lançam fogo aos campos, nunca o fazem perante testemunhas.

DEVASTAÇÃO

A devastação de matas vai impedindo que as chuvas apareçam como antigamente, e os rios secam. Antigos leitos, que não permitiam a vadeação, hoje secam ao ponto de se transformar em estradas de gado. O volume de águas diminui de ano para ano, as várzeas estorricam-se e acabaram-se os olhos d'água que brotavam borbulhantes à margem dos caminhos e com tal impetuosidade que formavam esguichos. Alguns davam para tocar monjolos logo abaixo da sua nascente.

CONSEQUENCIAS

Outra consequência da estiagem, fora de setembro, que tanto mal causa à pecuária, é a falta de pasto que obriga as rezes a procurarem os matos e a comerem folhas venenosas. A mortandade bovina é agora alarmante, devido exatamente ao afastamento da data da primeira chuva, que vindo a tempo, despertaria a renovação dos pastos. Este acontecimento assinala a entrada do novo ciclo de vida vegetal. As árvores, que absorvem do ar a humidade necessária à mu-

da de suas folhas, desde agosto, anunciam o fim normal das secas, mostrando brotos e ostentando uma exuberância que não veio pelas raízes.

A primeira molhadura completa então o necessário para uma bonita floração. Vêm as frutas e vêm os pios de novos pássaros que ornamentam a paisagem e dão alegria ao sertão. Pois, tudo isto está sendo prejudicado pela devastação das matas e dos revestimentos de proteção o que ocasiona distúrbios nos fenômenos meteorológicos.

FUNÇÃO DAS ARVORES

É que as árvores têm uma função inteligente de captar a humidade do solo, para soltá-la no ar, formando chuvas, amenizando o clima, absorvendo o carbono do ar, diminuindo os rigores dos raios solares que se esquentam demais nesta região tropical ao tocarem na crosta terrestre. A humidade sobe pelas suas extremidades inferiores e sai pelas superiores para subir, para formar as nuvens. Na região amazônica as chuvas são torrenciais, como em toda a parte do planeta em que há revestimento dessa natureza, e é claro que os grandes rios e o mar ajudam a evaporação.

FAZEDORES DE DESERTOS

Os nossos fazedores de desertos ignoram o mal que fazem aos homens do futuro. Nem pensaram nisto. São egoístas que não plantam árvores para outra geração colher-lhes os frutos. Não pensam senão no lucro imediato. Olham somente os seus interesses, nada entendem de solidariedade social, de humanidade, de dever para com os pósteros, e mostram-se intratáveis quando são convidados a fazer o reflorestamento, falando da inutilidade dele deante das imensas reservas que estão para diante, ainda intactas. Se eles fossem obrigados a reflorestar, por certo que fariam lavoura mecânica. Dentro de alguns séculos seremos como um vasto Ceará, e em condições de inferioridade, porque no litoral fizeram obras de proteção capazes de realizar prodígios e defender a vida animal. Aqui será diferente; acabando-se as matas vai ser difícil a solução do problema porque esperamos de braços cruzados a chegada da calamidade para en-

tão começar as obras de defesa e de proteção. Muitos acham que as reservas atuais dispensam-nos do dever de reflorestamento. É um engano. As matas atuais estão fora do alcance da atual geração, já se foram, ficando capoeiras e pastos de capim duro, o restante é de árvores sem valor econômico e de arbustos raquíticos.

DEVEMOS REFLORESTAR

Devemos reflorestar com tipos próprios do clima e de valor intrínseco: o cedro, o eucalipto, o jacarandá, a peroba, o bálsamo, a imbuia, o tamboril e outros.

Além do prejuízo causado à coletividade pela devastação e destruição material, há ainda perturbação dos fenômenos climáticos, principalmente pluviais, que trazem consequências danosas a todos. O altruísmo nos obriga a cuidar dos pósteros. Criemos condições melhores para eles, pois a terra não vai se acabar.

O célebre fim de mundo predito pela Bíblia não tem sentido material e sim sentido espiritual. Trata-se de uma nova ordem moral e social para o planeta, e não de termo final físico da terra.

Devemos pensar que, na proporção, ou melhor, na relatividade de tempo, daqui a mil anos as chuvas não virão mais em setembro, e sim em janeiro ou março.

Esse recuo transformará a vida desta região, produzindo calamidades, e para breve, se não nos corrigirmos quanto antes.

O REFLORESTAMENTO É UMA NECESSIDADE

O reflorestamento é uma necessidade tão urgente e tão imperiosa como a dos problemas de educação, de estradas, de saneamento ou de eugenia.

É um problema do Brasil, principalmente do litoral. S. Paulo já o resolveu em parte. E em S. Paulo vão além, praticando a Biota, que comprova o grau de civilização e de cultura-científica do meio, com o aproveitamento de experiência adquirida em outros países usando os processos biológicos para o equilíbrio necessário ao reino vegetal.

É problema da nossa civilização. É problema dos es-

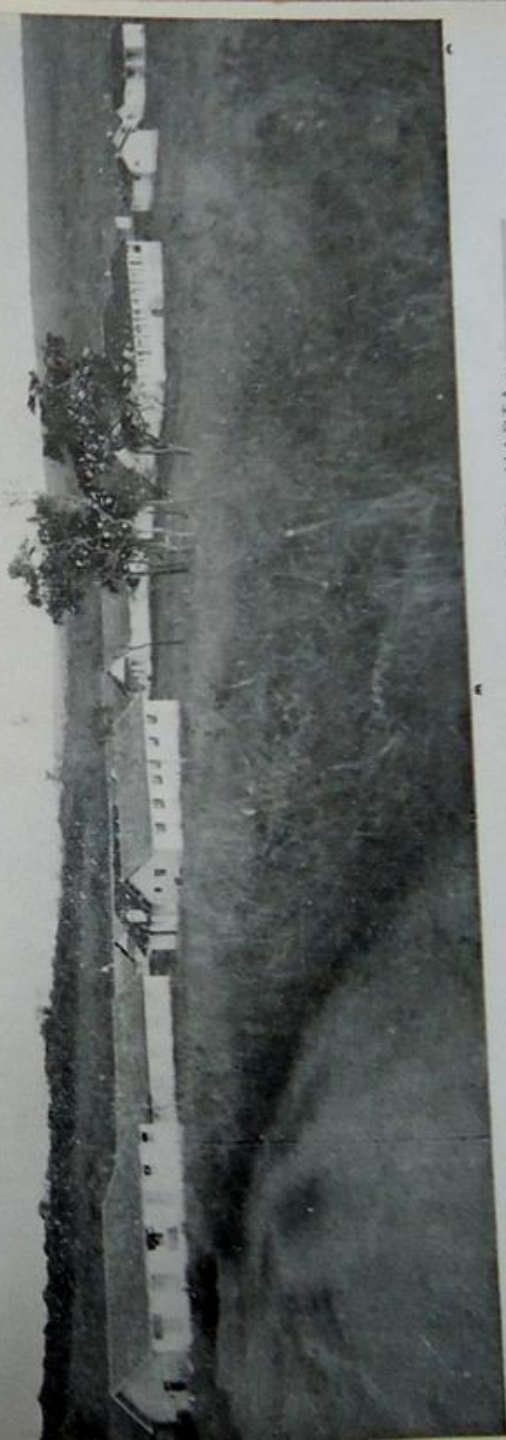
tudiosos, dos intelectuais que amam o Brasil. Ele tem que ser resolvido. Deverá ser lançado nas escolas, precedido de um movimento geral educativo, muito intenso, tanto junto do homem rural como do homem de gabinete; tanto no lar como nas granjas; tanto nas ruas como nos púlpitos, tanto na estrada como nos recintos de plena cultura científica. Devemos combater o incêndio, evitando a erosão, a destruição de humus, o mau hábito de incendiar terras alheias. Já não temos a capacidade de produção, a famosa fertilidade, que somente encontramos na zona poupada aos incêndios anuais, causadores de tantas ruínas e males.

Urge que todos cooperem com os governos e tomem a si a tarefa de propugnar pelo reflorestamento, assumindo a sua quota de responsabilidade, como célula-social-positiva, dinâmica, ajudando o Brasil a se engrandecer, fazendo frente-única com os que desejam legar uma pátria maior e melhor aos pósteros.

MÉRITO

Possuir uma boa biblioteca pedagógica, conhecer os modernos autores e teorias educacionais, saber redigir artigos sobre educação, comentar processos de ensino, demonstrar interesse pela imprensa pedagógica, tudo isto é uma recomendação de mérito para o Professor.

As duas palavras mais simples de se pronunciar, SIM e NÃO, são as que exigem maior reflexão. Pitágoras



— VISTA PARCIAL DA COLÔNIA *SANTA MARTA* —

Educação Sanitária

Dados históricos sô- bre a Campanha con- tra a Lepra em Goiaz

Dr. S. Mendonça de Brito
Diretor do S. P. L.

A campanha contra a lepra em Goiaz, foi iniciada por volta do ano de 1929. Uma distinta senhora, enfermeira ingleza, que residia em Catalão, D. Helena Bernard, compadecendo-se profundamente da miséria e absoluto abandono em que viviam os hanseneanos, tomou consigo a deliberação de organizar-lhes um pequeno serviço de assistência. Conseguiu, com amigos e congregados religiosos, uma pequena parte da verba e medicamentos destinados aos leprosos de N. York e Londres. Dessa maneira, procedeu aos cuidados dos primeiros doentes que lhe apareceram, quatro mulheres, em avançado estágio da moléstia. Ao termo de alguns meses, muitos enfermos eram por ela socorridos. Esse gesto nobre não passou despercebido do povo daquela cidade. O Prefeito cedeu-lhe uma área de terreno para construções, os fazendeiros concorreram com gêneros alimentícios, os comerciários facilitaram-lhe fornecimento de materiais, e ao fim de certo tempo, Catalão contava com um hospital para os lázaros, "Leprosário D. Helena Bernard", onde a orientação terapêutica e administrativa estava a cargo dos drs. Luiz Alcântara, Eliel Martins e Sadye. Esse leprosário foi obra, inteiramente, de esforços particulares. Muitos benefícios prestou êle durante nove longos

anos. Segregou setenta e quatro doentes contagiantes e cento e nove enfermos e famílias receberam tratamento médico.



"Leprosário D. Helena Bernard".

Em 1930, o cidadão Archie Marcinthire, num dos pontos acessíveis da Ilha do Bananal, começou dedicar-se, também, aos trabalhos de assistência aos portadores do mal de Hansen, auxiliado pela congregação religiosa a que pertence. O meio não lhe era favorável, dado o afastamento das zonas povoadas e a precariedade de transporte, entretanto, o senhor Marcinthire procurava suprir as carências do seu serviço com o que possuía de esforço e de boa vontade. Por longo tempo fôra bondoso pai para numerosos infelizes.

Durante inúmeros anos uma e outra iniciativa particular prestou destacados serviços nesse sentido, mormente no isolamento de lepromatosos e à propaganda sanitária.

O Governo de Goiás, tendo à frente um grande médico que deixara a clínica para assumir-lhe a direção e, sabendo, como médico sociólogo, que a salvação pública é a SUPREMA LEX, logo se interessou por essas tão grandiosas ativi-



Enfermeira do Educandário "Afrânio de Azeredo" em Goiânia

dades. Subvencionou-as com dotações orçamentárias ou auxiliou-as com favores de natureza diversa.

Em 1935 o Governo da União assentava as bases de um vasto programa, de orientação técnica e científica, de combate à endemia, uma das endemias que tanto infelicitam as populações do território nacional. Criou o Serviço Nacional de Lepra, o qual encampou ou oficializou as organizações particulares desse setor sanitário existentes no país. Médicos especializados seguiram para todos os Estados e Territórios, ora para fins de serviços sanitários, ora para direção de leprosários ou dispensários. O Estado de Goiaz foi dos primeiros beneficiados, graças ao empenho do seu Interventor, pois que, em 1936, portanto no ano imediato, já se dava início à tarefa de construção de um hospital-colônia modelo, por subvenção federal. Superintendia as obras a Firma Coimbra Bueno Ltda., a mesma que superintendera as obras da nova Capital.

O Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública bem como o Diretor do Serviço Nacional de Lepra e o grande leprólogo H. C. de Souza Araújo, visitaram as obras da Colônia de Santa Marta, cujo terreno, adquirido pelo governo estadual, consideraram próprio aos fins do empreendimento.

Em 1943 foi inaugurada a luz elétrica na Colônia. Inaugurado, oficialmente, o hospital, provido de serventuários e materiais, iniciou-se a tarefa de recolhimento e remoção dos enfermos. Criou-se, também, o Dispensário Central, que está sob a direção do culto leprologista dr. Domingos Albino Alves. Atualmente se acham internados, e em tratamento, cerca de quatrocentos doentes de ambos os sexos, os quais contam com assistência de médicos especialistas no que se refere à terapêutica. Quanto à enfermagem e à assistência religiosa, estão sob os cuidados contínuos das Irmãs Vicentinas e do valioso capelão P. Rodolfo Telmann.

Uma vez assentada a primeira parte do vultoso programa, restava estabelecer o plano de ação de uma outra parte, talvez de igual importância: o amparo às famílias dos lázaros. Como proteger as mulheres e demais dependentes do infeliz que, repentinamente, fôra afastado do lar? Como salvar de um cruel destino as crianças que tiveram a des-

dita de serem filhos de leprosos? Como prover a manutenção da família as mães sadias, que havendo perdido os seus companheiros, ficaram acorrentadas aos deveres que lhes impõem os filhos pequeninos? Ademais, a família dos leprosos, mesmo sadia, não é julgada como tal e, assim, se vê obrigada a viver no meio da população que a evita e a repudia.

Foi por isso que, elementos ligados ao governo de Goiás, enviaram um convite à D. Eunice Weaver, para visitar os serviços do Estado e apresentar sugestões que a sua experiência do assunto autorizasse, tendo em vista nossas possibilidades locais. Dessa memorável visita resultaram a fundação de um órgão subordinado à Instituição que dirige, bem como os planos para a criação do que é, em nossos dias, o Educandário Afrânio de Azevedo. Esse Educandário, que abriga grande número de crianças, filhas de pais recolhidos na Colônia de Santa Marta, é dirigido pela incansável Senhora Da. Yone de Freitas.

A campanha contra a leprose em Goiás representa um marco glorioso que testemunha a atividade e o sentimento humanitário do nosso grande povo.



NÃO LEIO ISTO

O Professor que passa adiante uma Revista de Educação dizendo "não leio isto" dá um atestado eloquente do atraso da sua mentalidade profissional.

INDIFERENÇA

A indiferença do professorado para com as publicações pedagógicas é um doloroso índice de mediocridade profissional.

Alimentação do Pré-Escolar

- DRA. MARIA DE LOURDES MORAIS -
Médica Sanitarista do Estado e Chefe
do Posto de Puericultura São Antônio

O problema da alimentação entre nós, é um dos muitos que ainda estão por resolver. Somos um povo mal alimentado. . . Essa frase se tornou tão comum, que já serve até de assunto para conversas de rua, reclames de gêneros alimentícios e piadas irreverentes.

Mal alimentado é o pobre, porque não tem meios para comprar o que comer. Mal alimentado é o burguês, porque não sabe o que comprar para comer.

E o que se tem feito até hoje para resolver o problema? pouco, ou melhor, quase nada.

Crear instituições assistenciais que forneçam alimento ao pobre, apenas alivia a subnutrição em que vive o nosso trabalhador rural.

Dizer ao povo que deve tomar mais leite, comer carne, frutas e legumes, é malhar em ferro frio, porque com que meios a classe desfavorecida pela fortuna, que é a que precisa ser mais bem alimentada, vai comprar esse leite, essa carne e essa fruta? se o leite se vende a Cr\$ 2,00 o litro e a carne a Cr\$ 6,00 o quilo (e note-se que isso acontece numa terra como esta, em que a pecuária é o primeiro fator econômico), como pode, repito eu, o nosso homem do campo, o nosso operário e, porque não ir mais longe? o nosso funcionário com família numerosa, comprar alimento substancial para si e para os seus?

O problema alimentar está ligado a dois outros muito graves que são: a educação do povo e a elevação do padrão da vida do nosso trabalhador. As leis trabalhistas, advindas com o Estado Novo, melhoraram as condições de vida do trabalhador, não há dúvida, porque reivindicaram muitos direitos que lhes eram sonogados, mas, não resolveram o problema do seu nível de vida. Encarando a reali-

dade das causas, de que valeu triplicarem os salários, si o custo da vida decuplicou? é um desequilíbrio desastroso!

Educar o povo para que saiba comer, não é o problema mais difícil. Uma propaganda bem dirigida, conseguirá penetrar o espírito popular e vencê-lo a bem se alimentar. Mas é preciso que seja uma propaganda intensiva e inteligente, do tipo das que fazem os nossos vizinhos dos Estados Unidos.

Não basta espalhar uns poucos cartazes pela cidade e jogar umas frases na fôlha do jornal, ou na tela do cinema. É preciso que se fale, que se façam palestras populares educativas pelo rádio, pela imprensa, nas escolas, nas oficinas, nas fazendas e nas repartições e até nas praças públicas. É preciso encher a cidade com uma avalanche de cartazes sugestivos e explicativos, que sejam colocados nas paredes dos edifícios, nos veículos, nas casas de comércio, nos bares e restaurantes. A força de ver e ouvir, o indivíduo, mesmo que não seja inteligente, acaba se convencendo.

Mas . . . isso só não basta. E aí então, vem o segundo grande problema ligado ao da alimentação: a elevação do padrão de vida. Isto implica tantas e tão grandes modificações na nossa organização político-social, que se fossemos entrar por esse terreno, sairíamos fora do assunto desta palestra. Demos tempo ao tempo e é possível que futuro nos traga solução equitativa para tôdas as classes sociais.

Visto em linhas gerais o aspecto do problema da alimentação em nosso meio, passemos à parte especializada da alimentação do pré-escolar.

O pré-escolar, isto é, a criança que saiu da primeira infância e ingressou na escola pré-primária, está numa fase de desenvolvimento ativo, que requer muita matéria prima e de boa qualidade, para que o edifíciozinho humano não pereça. O organismo infantil nessa idade, está se formando, as células se multiplicam, os tecidos se renovam e o crescimento avança. Esse processo vital constante

exige energia para se realizar. É como se fosse uma locomotiva que só se movimenta a custa do carvão que queima nas caldeiras.

E porisso, precisamos fornecer à criança, alimentos que satisfaçam tôdas as exigências do seu crescimento.

Assim é, que a ração alimentar da criança deve conter elementos formadores, que são as proteínas, os sais minerais e as vitaminas e elementos energéticos que são as gorduras e os hidratos de carbono, vulgarmente chamados açúcares.

As proteínas se encontram no leite, carne, ovos peixe. Os sais minerais também no leite, nos ovos nos cereais integrais, legumes e frutas. As vitaminas de um modo geral nas frutas e verduras.

As gorduras são encontradas no leite, na manteiga e em todos os óleos e gorduras animais ou vegetais.

Os hidratos de carbono nos cereais, no pão, no leite, nos legumes, açúcar e doces. E . . . não podemos esquecer do elemento mais simples, mas de uma importância decisiva nos processos de assimilação e desassimilação do nosso organismo que é a ÁGUA. A água deve entrar na ração alimentar, como substância diluidora dos elementos que vão se integrar nos tecidos, como substância auxiliar da eliminação das excreções e como reguladora da temperatura do corpo. Ela já existe em regular quantidade em todos os alimentos, mas mesmo assim, é necessário ingerí-la pura, pelo menos 500 grs. por dia.

Como podeis ver pela exposição feita, o leite é o alimento mais completo e, como tal, deve entrar na ração diária da criança.

O pré-escolar, deve receber diariamente, leite, carne ou ovos, frutas ou legumes crus e cereais. Não importa o número das refeições. O que interessa é que êle receba essas substâncias que podem ser

divididas em 3, 4 ou 5 refeições, conforme o uso de cada família.

E de toda a vantagem que a criança que frequenta o Jardim da Infância, receba aí, uma refeição. Aliás, todas as escolas de crianças, devem ter anexa, a cantina escolar. A cantina escolar pode funcionar numa sala ou num galpão, onde se dispõem mesinhas e cadeiras. O tipo de refeição a adotar, pode ser: o prato de sopa, o copo de leite ou a merenda. É de toda a conveniência variá-las, porque a criança, principalmente na idade pré-escolar, tem apetite muito caprichoso.

A sopa de legumes, feita com caldo de carne, é um alimento muito substancioso.

O leite como já vimos, é um alimento completo.

A merenda, é outro tipo de refeição, que pode variar, conforme os recursos do meio. Sugiro aqui para nós, o pão com queijo e banana, a salada de frutas e o caldo de vitaminas.

A metade de um pão de 50 cent. com uma fatia de queijo e uma banana, constitui um sanduiche gostoso e muito nutritivo.

O caldo de vitaminas se faz, misturando suco de laranja, limão, tomate e cenoura em proporções balanceadas. Um copo desse caldo é uma fonte riquíssima de vitaminas. Outrossim a salada de frutas, tão simples e fácil de fazer e altamente vitamínica.

Um esquema modelo para menu da cantina, seria o seguinte:

- 2 dias na semana — Sopa de legumes
- 2 dias — Copo de leite
- 2 dias — Merenda.

A criança na idade pré-escolar, frequentemente recusa o alimento, sem que nem porquê. Uma vez verificado que a falta de apetite não é causada por doença, cura-se com disciplina e descaso.

Para isso, chegada a hora da refeição, as crianças se encaminham para a cantina, passando antes pelos lavatórios, afim de que adquiram o bom hábito de lavar as mãos antes das refeições. Na cantina o alimento já deve estar nos respectivos lugares. É importante que o seu arranjo e apresentação sejam agradáveis à vista. Louças claras e com figurinhas, mesinhas apropriadas e de cores alegres, porque tudo isso influi na aceitação do alimento por parte da criança. Trinta minutos são suficientes para a refeição. Terminado o prazo, todas se levantam e se retiram. Quando uma ou outra não quer comer, desde que não esteja doente, não se insiste, não se comenta e nem se repreende. Retira-se simplesmente a refeição de sua frente. Agindo-se dessa ma-

neira no 1º, no 2º e no 3º dia, quando chega no 4º, a criança resolve comer. O método do descaso e da disciplina alimentar, tem curado muita falta de apetite que os melhores remédios não conseguiram.

A hora melhor para refeição, é exatamente o meio do período escolar. Não convém que as crianças antes da refeição, se entreguem a brinquedos que as cansem demasiado.

Os bons hábitos se adquirem desde a infância e é necessário que a escola colabore com o lar, na formação desses hábitos. A cantina escolar é um meio ótimo para se formar na criança, bons hábitos de alimentação. Outrossim os hábitos de higiene e de educação da vontade, devem também fazer parte do programa educacional.

O asseio com o corpo e com o vestuário, a correção na linguagem, a hora certa para comer, brincar e dormir, o hábito dos pequenos trabalhos, etc., são pequenos nada que reunidos, contribuem para formar o todo harmonioso que é o adulto bem educado, apto a lutar e vencer na vida, que brilhante esplendoroso, burilado nas duas grandes oficinas que forjam personalidades: o LAR e a ESCOLA.

— AMABILIDADE PERIGOSA —

Antes do aparecimento da erupção já se transmitem a variola, o alastrim, a varicela « catapora » e outras febres eruptivas. O mesmo acontece durante toda a evolução dessas doenças e até alguns dias depois da descamação ou da queda das crostas. O contágio faz-se do doente ao individuo são, diretamente ou por meio de objetos recentemente poluídos.

Não visite doentes e convalescentes de febre eruptivas.

SNES

Se quereis ser rico não aprendais somente a ganhar, mas também a economizar.

Franklin

Malária e Ancilostomose

DR. RANIER DE PAULA
Médico Sanitarista do Departa-
— mento de Saúde Pública —

O Brasil, com vasta extensão territorial, sendo País de clima tropical, é sobretudo meio propício para nele desenvolverem certas infecções e parasitoses ditas tropicais. Destacaremos dentre as muitas, a Malária e a Ancilostomose comuns no nosso hinterland onde as condições sanitárias são deficientes e a ignorância do nosso patricio é por demais conhecida.

O agente etiológico da Malária é o Plasmodio, sendo seu transmissor um mosquito, Anofelino, que deposita os ovos para a perpetuação da espécie nas águas estagnadas, onde se verifica a gestação até larva, que posteriormente se transformará em mosquito adulto. Profilaxia: depende, além do tratamento dos doentes de malária, do saneamento das regiões alagadiças, focos criadores de mosquitos transmissores, evitando água estagnada. A Ancilostomose, é devido à infestação do homem pelo parasita da família Ancilostomidae, que se localiza habitualmente no duodeno. A transmissão se faz normalmente através da pele, principalmente a dos pés. A doença é crônica acarretando anemia progressiva, advindo a indolência e adinamia no indivíduo. Profilaxia: consistiria, além da cura dos parasitados pelo ancilóstomo, na obrigatoriedade de construção de W. C. nas casas dos nossos "caboclos" e educação sanitária fa-

zendo-lhes ver a utilidade de andarem calçados e seguirem as regras de higiene, evitando reinfestação. Para facilitar a resolução desses problemas de um modo mais prático e eficiente os Serviços Sanitários deveriam manter além dos Postos de Higiene espalhados pelas principais cidades do interior, Postos localizados em Ambulâncias apropriadas que levando pessoal técnico deveriam percorrer o interior principalmente as localidades desprovidas de autoridade sanitária e assim periodicamente à proporção que administrava medicação curativa e preventiva fazia a necessária educação sanitária do povo. Conseguiríamos desse modo um incremento na atividade do nosso "caboclo" que deixaria de ser um homem indolente devido à opilação, um impaludado, para se tornar enfim um indivíduo dinâmico capaz de grandes realizações no seu setor.



Infestação pela verminose

O Departamento de Saúde Pública de Goiaz está realizando o exame de todos os alunos do Grupo Escalar Modelo de Goiânia, afim de medicá-los contra a verminose.

Esses exames, que vêm sendo feito há vários meses, revelam a existência de um elevado índice de infestação índice esse calculado, aproximadamente em 96% e que pode, na prática, ser considerado 100%.

Os médicos daquele Departamento, sob a orientação do Chefe do Serviço de Higiene Escolar, ao mesmo tempo que fazem as sucessivas medicações, aproveitam o ensejo para a competente educação sanitária que, como se sabe, é indispensável no caso.





Outra Mudança! — Prof. Agnélio A. DO COLÉGIO ESTADUAL

Estão os atuais membros da nova Constituinte brasileira ressuscitando a velha idéia da criação, no interior do país, de um município destinado a ser futuramente o distrito federal e, portanto, a sede do governo da República. Não será, por isso, fora de propósito que uma revista de educação e saúde, muito embora, mas publicada em cidade situada no grande planalto goiano, se manifeste sobre o assunto.

A velha idéia da mudança da capital da República, discutida e aceita quando da elaboração da carta de 91, teve como início de concretização os

estudos de uma comissão constituída de sábios e técnicos especializados.

São bastante conhecidos os trabalhos realizados pela "Comissão do Planalto", assim chamada em razão de um dispositivo constitucional que determinava a mudança do distrito federal para o planalto central do Brasil.

Hoje, nesta nova arrancada para localizar o governo federal em região central, não deve a Constituinte exigir o planalto como condição primeira, ou talvez única, mas, sim, recomendar como necessária a situação central, quanto possível.

Porque esse novo rumo? Os planaltos deixaram de oferecer condições favoráveis?

É o que vamos ver, a seguir.

Os estudos da "Comissão do Planalto" foram os mais completos e as conclusões deles decorrentes quanto a clima, topografia, altitude, etc., são reconhecidamente exatos e bastante favoráveis à finalidade em vista.

14.400 k2 de extensos chapadões e altas cabeceiras pertencentes a três grandes bacias fluviais foram demarcados.

Tudo muito direito, tudo muito exato para o tempo, cêrca de 50 anos passados.

O fato de nenhuma providência ter sido tomada pelos governos, até hoje, no sentido de efetivar a mudança, longe de constituir motivo de recriminações, deve ser olhado como benéfico: não temos agora, de lamentar erros de localização, erros de previsão, erros de técnica, inclusive.

Olhando desta metade do século XX, qualquer pessoa medianamente letrada encontra falhas, e falhas graves, nos estudos dos sábios da Comissão do Planalto. É que diversos fatores novos e essenciais à vida das grandes cidades apareceram, uns forçando desvios bruscos nas organizações urbanísticas, outros alterando hábitos de vida dos indivíduos e, conseqüentemente, das coletividades.

Muito se ocuparam os sábios da Comissão com o exame do solo, das correntes aéreas; estudaram

os característicos climáticos, a umidade atmosférica, mediram as precipitações pluviais durante anos seguidos e a insolação; calcularam as quedas d'água como fontes de energia, mas deixaram de emprestar a este último fator o seu valor real, e nem consignaram a observação de que a quantidade de força a ser captada de tôdas as quedas da região seria relativamente pequena.

Aliás, não podiam eles sentir essa circunstância no mesmo grau de importância com que se apresenta hoje, visto como não eram ainda conhecidas todas as variadas aplicações da electricidade atualmente em uso generalizado. Transmissões e recepções radiofônicas, ampolas ou válvulas de raios X de efeito termoionico, as foto celulares, as de gás rarefeito, os complicados gabinetes de eletroterapia e de pesquisas várias ainda não eram conhecidos.

Geladeiras, estufas, locomotivas elétricas, elevadores e ventiladores já eram conhecidos naquela época?

O uso da corrente elétrica se multiplica dia a dia; dia a dia novas utilidades aparecem e rapidamente se tornam indispensáveis à vida.

Havendo electricidade em abundância e barata, até climas especiais podem ser criados à vontade. À beiramar pode-se conseguir pressões tão baixas quanto às das altas regiões, e vice-versa. Atmosfera seca ou úmida, fria, gelada ou tropical obtem-se à custa do misterioso agente fisico com relativa facilidade.

Releva ainda notar que, ao tempo em que foram feitos os estudos da região do Planalto Central, 1894, estava o Brasil iniciando a sua "era elétrica", pois havia sido inaugurada, 6 anos antes, a primeira usina hidroelétrica em nosso país — a usina de Marimelo, perto de Juiz de Fora.

Hoje, as conclusões do relatório seriam outras. Por tôdas essas considerações, uma condição sobrepuja a tôdas as demais, no caso de se pretender conseguir região favorável ao desenvolvimento de cidade importante, como deve ser a capital de

um grande país: é a condição de possuir electricidade abundante e barata.

São as quedas d'água que fornecem força elétrica abundante e barata e por isso, na região onde se pretenda localizar cidade sede de governo, as quedas constituirão condição primordial para a escolha.

Goiânia, a bela cidade do planalto goiano, é hoje exemplo vivo e compungente da verdade dita acima: possui tôdas as características ótimas de clima, altitude, situação geográfica, etc., etc., e no entanto estamos assistindo, estarecidos, a morte lenta, triste, lamentável de uma "jovem ontem tão cheia de vida" à mingua de electricidade.

Esse espetáculo é a prova de que não se pode fugir ao imperativo do tempo corrente. Este exige electricidade abundante, barata, dia e noite ininterruptamente.

Procuremos, então, para assentar a nova capital federal, região central tanto quanto possível e onde haja quedas d'água, fontes de energia.

Sem grande trabalho de pesquisa, podemos encontrar não muito distante do centro geográfico do país uma região capaz de fornecer, segundo cálculos encontrados no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mais de um milhão de cavalos-vapor, isto é, quantidade maior que a utilizada atualmente em todo o nosso território.

Localizemos no mapa a cachoeira Dourada, no Paranaíba (200.000 c. v.). Seguindo quasi o mesmo paralelo e cêrca de 120 k. a leste aparece, no Rio Grande, outra queda — a Maribondos — capaz de dar outros 200.000 c. v. Perto da junção dos dois grandes rios está a queda Santo André (450.000 c. v.) e depois da reunião dos rios encontra-se a célebre Urubupungá (470.000 c. v.)

Depois de firmado na nova Constituição, o capítulo da mudança do governo para o centro do país, deve a região acima apontada, pertencente aos Estados de Mato Grosso, Goiaz, Minas e S. Paulo, ser cuidadosamente estudada.



PROP. CARLOS G. DE FARIA
- Da Escola Técnica -

Questões de Português

Consultas da Professora M. C. P.

1.º) "Como se diz: "Há tantos anos" ou "a tantos anos" se deu a instalação do Grupo Escolar?"

Resposta: Há tantos anos.

A dúvida é comum, embora seja facilíma a distinção entre o emprêgo do verbo "haver" e o da preposição "a", em casos análogos.

Assim: usa-se a preposição "a" em adjuntos circunstanciais referentes a tempo futuro, e a terceira pessoa do singular do verbo haver, quando a referência é ao passado.

Exemplos: "Daquí a pouco" e "ainda há pouco". "Espero vê-lo daqui a duas horas" e "não o vejo há dois anos".

2.º) "Devemos ensinar os nossos alunos a amar a Pátria" ou "devemos ensinar aos nossos alunos amar a Pátria"?

Resposta: É indiferente. O verbo "ensinar" é, neste caso, transitivo-relativo, sendo seus complementos objetivos "nossos alunos" e "amar a Pátria". Quando um deles exerce a função de objeto direto, o outro exercerá a de objeto indireto e vice-versa.

Sempre que a coisa que se ensina está expressa por infinito, regido da preposição "a", a construção é facultativa, a inteiro critério de quem fala ou escreve.

ERRATA

Nas respostas á Professora M. de A., constantes do n. 25-26 desta revista, passaram, por lapso de revisão, diversos senões, mais ou menos graves.

Retificaremos aqui os mais importantes, deixando a

cargo do leitor os de pequena monta, como os de acentuação gráfica etc.

Onde se lê: "usado na formação dos diagramas "nh" e "lh",

leia-se: "usado na formação dos digramas "nh" e "lh"; onde se lê: "e não a grama", formas errôneas muito comuns",

leia-se: "e não "a grama" e o "gramo", formas errôneas muito comuns";

onde se lê: "Pelo menos cêrca de dezena", leia-se "pelo menos cêrca de uma dezena";

onde se lê: "É bastante fazer compreender ao aluno que, "não se pode separar por vírgula etc.", suprima-se a vírgula depois de "que";

onde se lê: "Está claro que, no 3.º exemplo o sujeito (ponte) etc.", acrescente-se uma vírgula depois de exemplo;

onde se lê: "Resolve-se, contudo, em grande parte", leia-se: "Resolve-o, contudo, em grande parte".



O PROFESSOR E A LINGUAGEM

"Aplice o professor primário diariamente uma parte de seu tempo, ainda que seja pequena, ao cultivo direto da linguagem. A língua serve para organizar e veicular o pensamento. A linguagem é um instrumento de que o professor necessita a tôda a hora, cabendo-lhe conservá-lo e aperfeiçoá-lo sob pena de achar-se incapaz de desenvolver o ensino com clareza, correção e proficuidade".

(Firmino Costa)

Professores goianos

Demonstrai o vosso interesse pela Revista de Educação, fazendo consultas didáticas e de Português, que visam ajudar-vos a resolver dificuldades naturais do magistério diário.

Discurso de paraninfo

O Momento é da Técnica

Prof. HÉLIO A. LOBO

(Pronunciado na colação de grau da 2ª turma de Contadores da Escola Técnica de Comércio de Goiânia — 1945).

Não sei bem como explicar minha presença aqui, como Paraninfo, nesta hora de festas, quando alcançais triunfalmente, prezados Contadores, esta meta decisiva em vossa formação intelectual e profissional.

Alguém já disse que um curso escolar é como uma viagem. Viagem por caminhos que outros já trilharam por certo, mas que é sempre cheia de encantos e surpresas e também de fadigas e sobressaltos.

Justo era, portanto, que ao fim desta jornada, que significa também o começo de outra etapa, ouvísseis a voz experiente de um guia seguro que vos apontasse, com firmeza e autoridade, as novas estradas que deveis palmilhar, mais cheias de escolhos, de tropeços, de emboscadas, de incompreensões e de competições. Estradas de glórias para muitos mas de fracasso para os que não tiverem fé, perseverança e sobretudo força de vontade.

Quisestes, porém, e eu vos sou profundamente grato por tamanha distinção e por tão grande generosidade, que eu me incumbisse de tarefa tão grave.

Quisestes assim, neste momento de tanta significação para vós, ouvir apenas ligeiras e pobres sugestões de alguém que nada de novo vos pode dizer, pois que pertence à vossa mesma geração.

Sim, pertencemos a esta mesma geração sacrificada, que surgiu marcada pelos efeitos e pelas consequências da primeira conflagração mundial e que agora, na guerra mais destruidora e mais atroz que a História registra, ofereceu à Civilização o seu sangue generoso e estuante de vida, que ensopou o solo de todos os continentes e tingiu as águas de todos os mares, num sacrifício imenso, que os homens jamais poderão esquecer.

Vivemos, assim, e sentimos os mesmos ideais, os mesmos anseios e as mesmas esperanças. Os mesmos ideais de liberdade e de independência. Os mesmos anseios de solidariedade e fraternidade. As mesmas esperanças de paz e de justiça.

Gilberto Amado, essa figura singular e surpreendente de parlamentar e diplomata, de escritor e mestre de direito, e, sobretudo, no conceito de Gilberto Freire, de grande pensador político, proclama que "uma geração não deve receber conselhos da geração anterior, nem seguir-lhe o exemplo: deve criar, deve ser original".

Assim fazendo, entretanto, não despreza nem olvida a experiência heróica das gerações que passaram, pois tôdas se entrelaçam no mesmo cadinho de dor, de sofrimento e de lutas — tributo de cada uma em favor de tôdas, esforço perene, ora malogrado, ora triunfante, pelo aperfeiçoamento do espírito humano e pela sobrevivência da nossa espécie.

Jean Jacques Rousseau, precursor da Revolução Francesa, em seu "Discurso sobre a desigualdade", concebeu duas espécies de desigualdades entre os homens: a natural ou física, expressa nas características raciais, de saúde e das qualidades de espírito, e a desigualdade moral ou política.

Dentro desta segunda espécie, segundo as considerações de Rousseau, é que se desenvolvem as especializações, determinando as diferentes profissões exigidas pelas necessidades humanas.

Nos dias que correm, não é mais possível o homem enciclopédico, perfeito conhecedor de tôdas as ciências. Não se compreende mais que uma só pessoa se consagre a di-

versas especialidades profissionais, alcançando sucesso em todas elas.

O cérebro humano é pequeno para conter todos os conhecimentos atuais, cada vez mais complexos, extensos e profundos.

Do diálogo entre as mãos e o cérebro, do qual nasceu a Civilização, segundo Le Roy, surgem e não-de surgir sempre novas descobertas, como a atualíssima desintegração atômica, ampliando surpreendentemente a esfera de ação do homem.

Eis aí a razão das especializações profissionais.

Dentro destas especializações, prezados Contadores, a vossa é das que se revestem de maior atualidade e de maior relevância, principalmente num País como o nosso, cheio de recursos inesgotáveis, onde o movimento comercial, industrial e agrícola está fadado a desdobrar-se em surtos verdadeiramente astronômicos, reclamando grandes contingentes de profissionais tecnicamente habilitados, a serviço da ciência contábil.

A administração pública e as organizações particulares precisam de vós, arautos de uma ciência que constitui verdadeira bússola da vida econômica e administrativa de uma nação. Paladinos de uma ciência que já não pode ser confiada à rotina estéril de simples diletantes, mas que exige técnicos adextrados e vigilantes, como vós.

O empirismo já passou definitivamente. O momento de hoje é da técnica. É a técnica que as nossas entidades oficiais ou particulares têm necessariamente de recorrer, no âmbito do próprio interesse, para dar diretivas seguras aos seus problemas.

Grande porisso mesmo é a responsabilidade do técnico, dada a repercussão de seu trabalho.

Infinita é a série de fracassos individuais ou coletivos consequentes da falta de preparo técnico de dirigentes improvidos, incapazes de conduzir cientificamente a tarefa que a sociedade lhes conflu.

Operários especializados da técnica contábil, munidos de um considerável cabedal de conhecimentos, reunido no decorrer de um curso de importância inestimável, que hoje

concluí galhardamente, é preciso, porém, que não vejais na técnica um "mito de nosso tempo", como alerta Alceu Amoroso Lima. A técnica, na palavra lapidar desse grande mestre, "é uma arma de dois gumes. Pode servir ao bem, como pode servir ao mal. Tudo depende do ideal a cujo serviço seja posta. O que converte a técnica em mito é ser desligada de um fim superior e adorada como valor em si. O que volta a dar à técnica o seu valor normal de meio para alcançar um fim superior é colocar as artes mecânicas de domínio sobre a natureza no pósto limitado que lhes cabe. Em suma, é fazer da técnica não um mito, mas um elemento relativo e subordinado, a serviço do Espírito".

Meus amigos:

Muito podeis fazer pela nossa terra, que vê no pergaminho que acabais de receber uma chave de realizações construtivas que estão em vossas mãos e que transformareis em magníficas concretizações, exercendo vossa profissão retilmente, vendo nela não apenas um mister para colher proventos, mas uma missão a cumprir, pelo bem da coletividade.

Ingressais na arena da vida pública numa hora verdadeiramente transcendental.

Depois de uma pugna gigantesca, que envolveu todos os povos, o mundo de hoje é um mundo livre.

As forças da opressão foram definitivamente rechassadas e jamais lograrão voltar.

A liberdade e a democracia, que os totalitarismos sonharam um dia afastar para sempre da face da terra, ressurgiram purificadas em meio à tormenta, entre o crepúsculo de uma época e a eclosão de uma nova era, cujas luzes brilharão cada vez mais, espancando a noite trágica das incompreensões e das lutas.

Embora sujeita ainda, nos países em atraso democrático, a ensaios frustes e a repetidas tentativas, a liberdade há-de subsistir, não mais nos antigos moldes, mas redefinida pelas circunstâncias históricas e pelo desenvolvimento econômico atual.

Igualdade e cooperação, eis aí dois fundamentos básicos sobre os quais há-de assentar-se a liberdade, para que a Justiça Social instaure seu reinado em todo o mundo.

Dizia há tempos o velho sarcasmo inglês: "a justiça na Inglaterra é igual para todos e a ela todos têm acesso livre, exatamente como na Taverna de Londres, contanto que se tenha dinheiro para pagar as despesas".

O conceito atual de liberdade tem de assegurar a todos os homens não somente o direito de entrar na Taverna de Londres, mas principalmente o de ter recursos para pagar as despesas . . .

Para isto, não precisamos de subversões. A solução está numa verdadeira democracia, moldada na semente evangélica do Cristianismo, e em que todas as forças da produção se organizem e se explorem não para regalo de alguns, mas para benefício de todos.

Numa democracia em que as transformações se operem pelo concurso de todas as classes, num trabalho comum pelo maior desenvolvimento das liberdades fundamentais de pensamento, de palavra, de crença, de associação, de imprensa, de reunião e de partidos, com pleno respeito à dignidade da pessoa humana.

Numa democracia que reconheça a todos os indivíduos igual direito à vida, à liberdade e à propriedade, sem distinção de nacionalidade, sexo, raça, língua ou religião.

Prezados Contadores:

Decididos e ufanos, preparai-vos agora para novas lutas, que vos trarão por certo novos e mais brilhantes triunfos.

Concluída vossa vida estudantil, lembrai-vos, porém, nos embates que ides travar, de um estudante. De um estudante que foi talvez o mais pobre e o mais extraordinário estudante do século passado. De um estudante cuja vida foi um hino de trabalho, de perseverança, de força de vontade e de fé. De um estudante que revolucionou a pedagogia, revitalizando-a e conduzindo-a para novos rumos. Lembrai-vos desse estudante excepcional que foi Dom Bosco, que espalhou escolas pelo mundo inteiro, uma das quais é esta que hoje vos concede um diploma.

Lembra-vos, nos vossos momentos difíceis, nos vossos instantes de tormenta, do destemor, do entusiasmo e da co-

ragem que o caracterizaram.

Ide, meus amigos, pelos vossos caminhos. Com uma confiança inabalável em vossa capacidade de ação. Com o peito aberto a todos os sofrimentos humanos. Com uma fé irredutível nos princípios morais inscritos na vossa mente.

Com a flama do ideal sempre acesa e altaneira. Não transijais com o egoísmo, a traição e a calúnia. Não fraqueeis jamais diante dos potentados da força, do poder ou do dinheiro. Não recueis nunca diante das trincheiras sagradas de luta pela liberdade, dádiva divina que a ambição e a maldade dos homens podem conturbar, mas não podem destruir.

Galgai as novas encostas que a vida vos oferece. Tende esperança. Tende ideal e sereis felizes, através de todas as peripécias e de todas as intempéries.



O Departamento Estadual de Cultura tem novo Diretor

Em substituição ao Sr. Castro Costa que se exonerou, assumiu a direção do Departamento Estadual de Cultura o Dr. Zoroastro Artiaga, diretor efetivo do Museu do Estado e a cujos esforços e capacidade realizadora se deve a concretização da Exposição Permanente de Goiânia, recentemente inaugurada.

O novo Diretor é um dos mais antigos jornalistas do Estado, tendo considerável bagagem de serviços prestados à terra goiana em vários setores da administração pública, com sobejas provas de capacidade de trabalho, inteligência e amor à causa pública.





FATOS E INICIATIVAS

A LEI ORGANICA DO EN- SINO NORMAL DO ESTADO

PALAVRAS DO ENVIADO ESPECIAL DE GOIAZ — JUNTO AO I. N. E. P. —

O grande acontecimento político educacional, que significa para o nosso Estado a transformação dos velhos moldes rotineiros do ensino normal mixto em organização adequada e perfeita, adaptada aos moldes da Lei Orgânica baixada pelo Governo Federal, pelo Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, é hoje uma alviçareira realidade, já podendo esta Revista publicar o recente Decreto do Governo Estadual que concretizou a medida.

Apraz-nos a oportunidade, registrar as palavras que dirigiu à imprensa o Prof. José Sizenando Jaime, enviado especial do Governo junto ao I. N. E. P., de regresso de sua viagem ao Rio, cujo objetivo foi a adaptação do ensino normal de Goiaz, ao que dispõe a citada Lei Orgânica Federal.

O culto Professor goiano desempenhou proficientemente sua missão, tratando com especial carinho das circunstâncias especiais que pudessem amparar os interesses dos alunos das atuais Escolas Normais, pugnando por maiores vantagens para o ensino e para o Estado.

Eis o que diz o ilustrado Prof. Jayme:

“Estou ainda encantado com a gentileza, aliada à grande competência técnica, dos funcionários do I. N. E. P.,

com os quais me foi dado trabalhar durante duas semanas, procurando resolver as dificuldades que surgiram para o Estado, ao tratar da adaptação de seu curso de professores primários ao que estabelece a Lei Orgânica do Ensino Normal. Deparei, porém, no I. N. E. P. ambiente de simpatia por Goiaz, compreensão razoável pelas dificuldades que encontramos, dadas as contingências do meio, para adaptar o nosso ensino normal, e enfim, pude perceber, nas autoridades superiores do Ministério da Educação, não só tolerância como a maior boa vontade em favorecer o ensino entre nós.

Está bem vivo no coração de todos os goianos o régio presente de 74 edifícios escolares que o I. N. E. P. fez ao Estado de Goiaz e cuja construção será concluída ainda neste ano.

Posso resumir os resultados de minha viagem, graças a Deus tão pródiga de benefícios para o ensino do Estado nos seguintes itens:

DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE GOIAZ

Fica transformada em Instituto de Educação a atual Escola Normal Oficial, cujos catedráticos e demais professores, assim como funcionários administrativos, serão todos aproveitados no Instituto, garantidos direitos e prerrogativas aos professores por concurso.

DAS ESCOLAS NORMAIS EM GERAL

Os estabelecimentos particulares ou municipais passarão à categoria de Escolas Normais, sendo que em todas elas funcionará, em 1947 e 1948, um curso de adaptação, destinado aos alunos da Escola Complementar e da primeira série normal. Nas escolas normais que não tiverem ginásio oficialmente reconhecido, esta falta se considerará suprida, mas somente em 1947, pelo curso de adaptação a que me referi. Devem, portanto, as escolas normais, ainda sem ginásio anexo, cuidar da sua instalação imediata. Em 1948, os estabelecimentos normais de Goiaz que não satisfizerem o § 2º do art. 4º da Lei Orgânica, serão automaticamente transformados em Curso Normal Regional, destinado ao preparo de regentes de ensino primário, isto é, livres docentes das escolas isoladas e reunidas.

Fica deste modo conjurada a ameaça de fechamento que pesava sobre diversas escolas normais do Estado, inclusive a Escola Normal Oficial, já que todas dispõem de bastante tempo para requererem fiscalização prévia para seus respectivos cursos ginasiais.

DA ADAPTAÇÃO DOS ALUNOS

A adaptação dos alunos que propuz ao I. N. E. P. e que foi por este aprovada, veio beneficiar extraordinária-

mente as nossas futuras professoras, pois dita adaptação se fará, em 1947, no próprio corpo seriado da escola normal e não no curso ginasial, como supunham e desejavam muitos. De tudo isto resulta que, sem prejuízo do ensino, as alunas das nossas escolas normais terminarão seus exames apenas com um ano de atraso e não com três ou quatro, como se previa.

DAS ATUAIS NORMALISTAS DE GOIÁS

Além das vantagens e direitos de que gozam atualmente, pleiteei e consegui do I. N. E. P. que seja facultado às nossas professoras cursarem não só a terceira série das escolas normais a partir de 1947, afim de obterem um diploma de validade nacional, como também os cursos de especialização de ensino e de administradores escolares, que constituem a cúpula do ensino normal.

PROMULGADA A LEI ORGANICA DO ENSINO AGRICOLA

O Presidente da República promulgou, recentemente, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, constituída de capítulos, dos títulos e setenta e sete artigos, e por um decreto-lei estabeleceu as disposições transitórias para execução da referida lei. Ainda, por outro decreto, aprovou o Regulamento dos Currículos de Ensino Agrícola.

A Lei Orgânica, recém-promulgada, trata em seu título I, da disposição preliminar; no título II da organização do ensino agrícola, no capítulo I, das finalidades de ensino agrícola; no capítulo II, dos princípios gerais de ensino agrícola; no capítulo III, dos ciclos e dos cursos; no capítulo IV, dos títulos de estabelecimentos de ensino, no capítulo V, da articulação do ensino agrícola e deste com outras modalidades de ensino; no título III, dos cursos de formação;

no capítulo I, de estrutura dos cursos; no capítulo II, dos trabalhos escolares e complementares; no capítulo II, da divisão e distribuição de tempos na vida escolar; no capítulo IV, da vida escolar; no capítulo V, da instrução moral e cívica; no capítulo VI, da orientação educacional e profissional; capítulo VII, da educação religiosa; no título IV, dos cursos de continuação e de aperfeiçoamento; no capítulo, dos cursos de continuação; no capítulo II, dos cursos de aperfeiçoamento; no título V, do ensino agrícola feminino; no título VI da organização escolar; no capítulo I, dos estabelecimentos de ensino agrícolas federais, equiparados e reconhecidos; no capítulo II, da administração escolar; no capítulo III, do corpo docente; no capítulo IV, da construção e do material escolares; no capítulo V, do ensino primário nas escolas de iniciação agrícola; no capítulo VI, da organização e regime em cada estabelecimento de ensino; no título VI, do regime disciplinar; no título VII, da iniciação agrícola para os maiores de dezessete anos; no título VIII, da educação agrícola circumvizinha; no título IV, das providências previstas para o desenvolvimento do ensino agrícola; no título X, das disposições finais.

(Decreto-lei nº. 9.613 de 20 de agosto de 1946.

Publicado no Diário Oficial do País de 23/8/46).

Reconhecida a Escola Técnica de Comércio S. "Agostinho"

Segundo telegrama da Divisão de Ensino Comercial do Departamento de Educação, recebido pela Direção do Colégio "Santo Agostinho", foi concedida inspeção preliminar à Escola Técnica de Comércio anexa àquele estabelecimento, ficando assegurados os direitos dos alunos matriculados no corrente ano.

COMEMORAÇÃO DO



DI
A
2
5
DE
A
G
O
S
T
O

Comemorando essa grande data nacional realizou-se, na Praça Cívica, com a presença do general Xavier de Barros, interventor federal de Goiás e outras autoridades estaduais, uma parada militar, em que tomaram parte a Força Policial do Estado, Tiro de Guerra 54, 7ª. Circunscrição de Recrutamento, Colégio Estadual de Goiás, Escola Técnica de Goiânia, Ateneu Dom Bosco, Colégio Santa Clara e outros estabelecimentos de ensino desta capital. Após o hasteamento da Bandeira, falou ligeiramente

sobre a significação daquela data o interventor Xavier de Barros, discursando a seguir o capitão Nelson Guimarães, que pronunciou em torno do nome de Caxias expressiva oração. Falou ainda sobre aquela data o estudante Moacir Belchior, do Colégio Estadual de Goiás.

Em seguida teve lugar o desfile da tropa e dos Colégios que se achavam ali presentes que, descendo ao longo da avenida Goiás, seguiram seus destinos.



Festivamente comemorada nesta Capital a data de 7 de Setembro

A data que assinala a nossa independência foi festivamente comemorada, este ano, em Goiânia.

As 9 horas, realizou-se uma grande concentração na Praça Cívica, com a presença de autoridades, oficialidade da 7a. C. R. e da Força Policial, alunos de todos os estabelecimentos de ensino, elementos de todas as classes sociais e grande massa popular.

Abriu-se o programa da solenidade com hasteamento da Bandeira, pelo interventor Xavier de Barros, seguindo-se a leitura do Boletim do tenente coronel Amílcar Salgado, chefe da 7a. Circunscrição de Recrutamento.

Houve depois a entrega de u'a medalha ao pracinha Jorge Helou, fazendo-se ouvir, ao ensejo, o chefe da 7a. C. R. que discorreu brilhantemente sobre o significado daquele ato e a importância da grande data que ontem se comemorou.

Finda essa oração sob os aplausos da assistência, seguiu-se o desfile que obedeceu a seguinte ordem:

Banda de música da Força Policial, Contingente da 7a. C. R., Força Policial do Estado, Tiro de Guerra, Guarda Civil, Ginásio Santa Clara, Enfermeiras, Atletas, Escola Técnica, Colégio Santo Agostinho, Colégio Estadual, Escola Normal, Ateneu D. Bosco, Grupo Escolar Modelo, Grupo Escolar Pedro Ludovico, Grupo Escolar Padrão, Escola Presidente Dutra, Escola Sindicato e Escola Vila Nova.



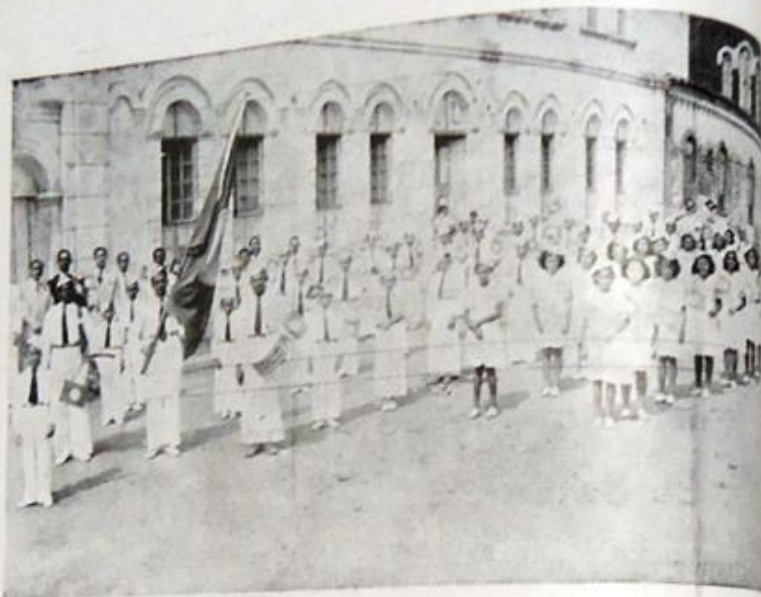
25 de Agosto em Porto Nacional

No Ginásio Estadual em Porto Nacional

Aos 25 dias de agosto deste ano, por iniciativa do Sr. Diretor do Ginásio Min. Salvador Pena Mascarenhas, teve lugar a instalação do Grémio Litero-Artístico deste estabelecimento oficial de ensino secundário, para a juventude masculina e feminina. Eram precisamente 9 horas do dia. Aos sons do Hino Académico, o Sr. Diretor acompanhado do corpo docente, com a presença dos alunos, presidiu a sessão, empossando a Diretoria do Grémio Sto. Tomás de Aquino. Fizeram-se ouvir diversos oradores, focalizando as finalidades da sociedade recém-fundada, notadamente os professores Helton Moraes Sarmiento, João Fernandes da Conceição e os ginásianos Fábio Freitas, José Altair, João Sandes Filho, o Chefe de Disciplina do Ginásio Sr. Messias Tavares. Encerrando a sessão, pronunciou substancial oração o sr. Diretor, dizendo de sua satisfação por ver coroado de êxito mais um desejo seu. Cantaram todos de pé o Hino da Pátria, ao finalizar a sessão sob as palmas da assistência.

No mesmo dia, às 14 horas, no mesmo salão, realizou-se a sessão inaugural do Grémio Feminino com a mesma legenda litero-artística, sob o patrocínio de Sta. Cecília. Sob a presidência de honra do Min. Salvador Pena Mascarenhas, presentes os corpos docente e discente, abriu-se a sessão e empossou-se a Diretoria. Usaram da palavra o Sr. Diretor, a Prof. Eulina Braga, as ginásianas Francisca Neusa Xavier de Sá, Joana Mascarenhas, Maria Ulla Filgueira, Sebastiana Gonçalves e Maria Pinheiro, prendendo a atenção da assistência com palavras bem concatenadas e significativas, ouvindo-se também a palavra fácil e sugestiva do Prof. João Fernandes da Conceição, que recitou uma poesia de sua lavra dedicada ao Grémio. Todos os oradores foram felizes e receberam calorosa ovação. Tendo por finalidade o sentido de sua legenda, reservar-se-á para a nável agremiação um futuro grande na obra educacional do Estado.

(Do correspondente).



7 DE SETEMBRO EM PORTO NACIONAL

O dia 7 de Setembro, que se festeja como o dia da Pátria, teve animadíssima celebração, levada a efeito pelo Ginásio Estadual. A's seis e meia horas aos sons do Hino Nacional foi hasteado o pavilhão. Usaram da palavra diversos oradores, professores e alunos, enaltecendo a data histórica de tanta significação política e social. Desfile dos alunos uniformizados, cantando hinos patrióticos.

Em frente ao Ginásio houve demonstrações esportivas das ginásianas. No campo de esportes e de educação física os ginásianos agradaram sobremaneira o público local com variados números de ginástica. A' tarde no mesmo grama-dão houve, depois de disputa sensacional, um empate entre o Porto Esporte Clube e o Clube Operário local.

Para não faltar a nota característica do dia abrilhantaram com a sua presença a elite portuense e os paraninfos do torneio esportivo.

Era uma vibração solene de brasilidade o desfile ritimado de jovens e refletindo nos olhos o fogo sagrado do patriotismo. Graças à força de vontade do Diretor e professores e à inteligência e o otimismo dos alunos, causou sucesso o programa das solenidades do Dia da Pátria.

A instalação do Grupo Escolar de Caturai

Com geral entusiasmo instalou-se no dia 1.º do corrente o grupo escolar de Caturai, município de Inhumas. A solenidade foi presidida pelo sr. Herbert Pinheiro de Abreu, inspetor do ensino primário, tendo usado da palavra o sr. Sebastião de Almeida Guerra, prefeito municipal, sr. Cristiano Teixeira da Silva e srta. Luzia Leal Bueno.

Ao grupo escolar recém-instalado foi, por lembrança do sr. Almeida Guerra e professora Santa Boyer e unânime aprovação dos presentes, dado o nome de "Moisés Santana", beletista goiano que por anos residiu em Inhumas.

Pelotão de Saúde "Miguel Couto"

As professoras do Grupo Escolar de Cristalina, num gesto digno de aplausos, acabam de fundar o Pelotão de Saúde "Miguel Couto", com a finalidade de amparar a juventude e engrandecimento da mocidade daquela região.

O gesto dessas distintas educadoras vem encontrando o melhor eco não só em Cristalina, como nas vizinhas cidades goianas.

O Dia da Arvore no Grupo Escolar Modêlo

INSTALADO O CLUBE AGRÍCOLA ESCOLAR

O Grupo Escolar Modêlo, desta capital, comemorou condignamente este ano o dia da Arvore. Para isso foi organizado um programa de festas a ser apresentado pelos alunos do educandário.

Ao ensejo, deu-se a instalação do Clube Agrícola Escolar, recém-fundado pela professora Clarise Pinto, clube esse que vem despertando geral entusiasmo por parte da petizada, tendo já feito diversos canteiros, que são cuidados pelas próprias crianças.

O Clube Agrícola do Grupo Escolar Modêlo acaba de eleger a sua diretoria, ficando sob a orientação de uma das professoras, e está assim constituída: Presidente—Neuza Benezes; vice-presidente—Jerônima de Oliveira; secretária—Neida de Faria; tesoureira—Elzy Fleury Curado e cada dois zeladores para cada classe.

O Dia da Arvore no Ginásio Santa Clara

A Festa da Arvore foi condignamente comemorada no Ginásio Santa Clara, de Campinas, nesta Capital, com um belo programa constituído de demonstrações de ginástica, no pátio do estabelecimento; plantio simbólico da arvore, declamações, cantos e palestras alusivas à data, brilhantemente apresentadas pelas alunas do conceituado educandário.

UM CLUBE AGRÍCOLA

Como parte integrante dos festejos à Arvore, fundouse em seguida no Estabelecimento o Clube Agrícola "Raul de Paula", num ambiente de grande entusiasmo.

Inaugurando o Clube, fez uma brilhante palestra a Professora Amália Hermano Teixeira, orientadora da Campanha Ruralista em nosso Estado, que há mais de dez anos, vem prestando ao Estado o benefício dos ensinamentos cívicos do grande Alberto Torres e a cuja dedicação à causa da ruralização do ensino já se contam vários Clubes Agrícolas sob sua orientação.

Usou da palavra também, ao encerrar a sessão, o Dr. Zoroastro Artiaga, Diretor do Departamento Estadual de Cultura, congratulando-se com o Ginásio Santa Clara pela auspiciosa realização que vinha de inaugurar, dando uma patente demonstração do patriotismo e da elevada visão educacional dos problemas nacionais, problemas esses de que o Clube Agrícola é importante chave solucionadora.

A cerimônia da instalação do Clube revestiu-se de grande brilhantismo.

Esteve presente às comemorações S. Excia. o Interventor Federal do Estado, acompanhado de Exma. Família e de várias altas autoridades.

Duas palestras sôbre o trigo no Clube Agrícola "Couto de Magalhães"

Das comemorações da Semana da Arvore no Clube Agrícola "Couto de Magalhães" da E. Normal Oficial, destacam-se duas interessantes palestras sôbre o trigo, realizadas pelos Drs. Luiz de Godói, grande conhecedor do assunto e brilhante técnico de agricultura e Paulo Emilio Póvoa culto professor daquele Estabelecimento.

As referidas palestras deixaram profunda impressão no espírito de quantos tiveram o prazer de ouvi-las.

Associação dos ex-alunos Salesianos

A 8 de agosto, realizou-se no Ateneu D. Bosco, desta Capital, a tradicional reunião dos ex-alunos salesianos. Depois da missa das 10 horas, celebrada especialmente para os mesmos, procedeu-se à eleição da nova Diretoria que regerá os novos destinos dessa instituição e que ficou assim constituída:

Presidente — Hêlio Lobo.

Secretário — Venerando de Freitas Borges.

Tesoureiro — Wilson da Paixão.

1.º Conselheiro — Domingos Felix de Sousa.

2.º Conselheiro — Joaquim Gomes Filho.

Seguiu-se um almoço, dirigido pelo Diretor do D. D. Estabelecimento, Pe. Osvaldo Venturuzzo, decorrendo num ambiente de inteira cordialidade em que sempre se revivem os dias da infância, passados nas diversas casas salesianas espalhadas pelo Brasil.

Centro de Saúde

RESUMO DOS BOLETINS DE PRODUÇÃO DO ANO DE 1945

HIGIENE PRÉ-NATAL:

	TOTAL
I — Total de comparecimentos	761
II — Visitas a gestantes:	
A) — por enfermeiras	372
	TOTAL
I — Total de comparecimentos	3.188
II — Número de pesadas	3.940
III — Infantes recebendo alimentação no lactário	655
IV — Imunizações praticadas:	
a) — contra a tuberculose	329
b) — contra a difteria	136
c) — contra outras doenças transmissíveis	632
V — Visitas de enfermeiras	11.801

HIGIENE PRÉ-ESCOLAR:

	TOTAL
I — Total de comparecimentos	967
II — Imunizações praticadas:	
a) — contra a difteria	387
b) — contra outras doenças transmissíveis	362
III — Visitas:	
a) — por enfermeiras	1.914

HIGIENE ESCOLAR:

	TOTAL
I — Total de comparecimentos	967
II — Imunizações praticadas:	
a) — contra varíola	1.257
b) — contra difteria	372
c) — contra outras doenças transmissíveis	206

Consultas Didáticas

Da prof. M. E. V.

"Leciono em uma classe elementar. Tenho alguns alunos repetentes, há mais de dois anos, vindos de outras escolas, e, por mais que me esforce, não consigo fazê-los aprenderem a ler. Decoram, mas não leem. Que devo fazer?"

Resposta:

Em 1.º lugar, a colega deve aplicar um teste psicológico para averiguar a idade mental dessas crianças.

Dá-se o nome de "idade mental" ao grau de crescimento mental de um indivíduo, em relação à sua idade real cronológica.

Para verificação da idade mental pode ser aplicado o "teste de desenho", de técnica muito simples, para cujo conhecimento recomendamos às colegas o livro do dr. Iago Pimentel, "Noções de Psicologia aplicadas à educação".

Há muitas crianças cujo crescimento intelectual não corresponde ao crescimento físico. Aplicando um teste psicológico poderemos verificar que em muitas o crescimento intelectual é inferior ao físico e vice-versa. Numa mesma classe, por ex., crianças de 9 anos podem ter um crescimento intelectual de 10 ou mais anos, enquanto que outros da mesma idade apresentam níveis mentais de 8, 7, 6 e até menor idade.

Estas são consideradas sub-normais ou retardadas e, em casos mais sérios, anormais.

Essas crianças devem constituir uma CLASSE ESPECIAL, à parte, e entregues a uma professora especializada, se possível, ou pelo menos que tenha mais dom, seja mais paciente e dedicada.

A classe de retardados ou sub-normais corresponde a uma classe de Jardim da Infância e como tal deve ser tratada, não se exigindo das crianças o aprendizado da leitura, pois que aos 6 anos (supondo-se que tenham essa idade mental), ainda não dispõem da necessária maturidade para a leitura.

Aconselhamos às colegas o livro do Prof. Lourenço Filho "Testes A B C" onde poderão encontrar a explicação do que seja "maturidade", como condição do aprendizado da leitura e escrita.

As crianças sub-normais precisam passar por um período preparatório que lhes desenvolva as funções necessárias à maturidade para a leitura, através de atividades que a interessem e deem capacidade de observação.

Exemplo: Excursões ao campo, parques, granjas, es-

tabelecimentos de trabalho agrícola, comercial e industrial, cuidado de hortas e jardins, observação de pássaros e animais domésticos, etc..

Exercícios de linguagem devem ser abundantes, visando o desenvolvimento do vocabulário, em palestras entabuladas após as excursões; as crianças devem ouvir e contar histórias, bem como tomar parte em cantos, recitativos, jogos e brinquedos, que desenvolvam os sentidos; necessários também são os desenhos e trabalhos manuais espontâneos, gímnastica imitativa, musicada e historizada, ambiente enfim de vida e atividade.

A disciplina deve ser a mais liberal possível, sem castigos, gritos e repreensões, que, se condenados em relação a crianças normais, constituem verdadeiro crime pedagógico em classe de sub-normais, pois contribuiriam para mais deprimir a sua personalidade.

O aprendizado das noções comuns deve ser o mais concreto possível, apelando para os sentidos, empregando cartazes coloridos, sólidos geométricos, cubos, bolas, pausinhos, etc. A forma, o tamanho, o peso dos objetos, devem ser observados e verificados nos próprios objetos. Ensinar a contar também empregando objetos concretos.

Todas as atividades devem ser espontâneas e girar em torno do objetivo — educar os sentidos e despertar a capacidade de observação.

Jamais forçar o aprendizado da leitura, pois com isto apenas conseguiríamos criar desânimo e desgosto permanente por essa atividade. É como se quiséssemos fazer um fruto amadurecer à força.

Devemos, sim, estimular o gosto pela leitura, mostrando-lhes livros e revistas cheios de gravuras bonitas e coloridas, lendo-lhes histórias e mais histórias, aconselhando, incentivando ao máximo.

A professora de classes de retardados precisa, mais que nenhuma, ser paciente e ter grande compreensão da criança, ser afável, carinhosa, acessível, para inspirar a necessária confiança e produzir benéficos efeitos na alma infantil.

Com o tempo virá a "maturidade", salvo nos casos absolutamente anormais e a estes só em Instituições especializadas, como, no Brasil, o Instituto Pestalozzi, em Belo Horizonte, poderá se dar educação adequada.

Então, quando chegar o tempo de aprender a ler, verificado através de testes, a aptidão intelectual para o aprendizado da leitura, começá-lo com o mesmo cuidado adotado nas classes pré-primárias, com jogos de leitura, com letras de madeira ou cartazes, ou pelo método global, de modo a evitar que decorrem em vez de ler,

Variedades

Educacionais e

Educativas

Pequenas Biografias

Prof. Pacífica Josefina de Castro

Transcorrendo a 21 de setembro o centenário de nascimento da legendária figura de Mestra que foi a professora Pacífica Josefina de Castro (Nhola), tão grata ao coração dos goianos, cumpre esta Revista o grato dever de registrar nesta secção dedicada aos grandes educadores de todos os tempos, o nome daquela que foi a iniciadora intelectual na vida de muitos grandes filhos do nosso Estado.

Nasceu a Professora Nhola na cidade de Goiaz, a 21 de setembro de 1846, como se a entrada da primavera marcasse a predestinação de uma vida gloriosa e humilde, inteiramente consagrada ao Bem e ao Magistério, numa longa florescência de benefícios à terra natal e à sociedade goiana.

Era filha do cel. Antônio José de Castro e sua instrução primária foi feita aos cuidados de D. Angélica de Sousa Lôbo, mãe do ilustre Marechal Braz Abrantes.

Aos dezoito anos consagrou-se ao magistério, tendo-se a êle dedicado inteiramente, a partir de 15 de novembro de 1869.

Era extremamente religiosa, dividindo o seu tempo entre a igreja e a escola. Contam as tradições goianas que por ela foram introduzidos os cantos de "Perdão" e "Bouquet" até hoje conservados em cerimônias da Semana Santa e do Ês de Maria, sendo que se encarregava do ensino de Re-

ligião a grandes turmas de crianças e jovens. Aquêles cânticos religiosos foram compostos, na época, pelo Revmo. Frei Angelo Dargaignaratz.

Exerceu assim ininterruptamente o magistério e a catequese durante mais de 50 anos.

A 15 de novembro de 1919 o povo de Goiaz comemorou festivamente o seu jubiléu de magistério, tendo a grande e bondosa Mestra, recebido justas homenagens especialmente de antigos discipulos seus, entre os quais se contam estadistas, médicos, advogados, militares, professores, mãis e pais de familias goianas, tais como:

Donas: Ana de Santana Porto, Maria Abrantes, Rosa de Macêdo Bueno, Alice Santana Coutinho, Obdulia Ávila Costa, Ana L. de S. Coutinho, Dulce Teixeira de Almeida, Maria A. de Barros Caiado, Maria do R. C. de Bastos, Maria Henriqueta Péclat, Fany de Camargo, General de Divisão Constâncio Deschamps Cavalcante, Drs. Afrânio de Melo Franco, Francisco Ferreira dos Santos Azevêdo, Luiz M. de Camargo Jr., Alcide Celso Ramos Jubé, Augusto e Emiliano Rios; Coronéis: Pedro Cordolino Ferreira de Azevêdo e Alcides Lauriodó de Santana; Banqueiro Hermógenes Ferreira Coêlho; Padre Domingos P. de Figueiredo; e ainda os Drs.: João Avelino da Trindade, Agenor e Alcenor Cupertino de Barros, João Teixeira Alvares Jr. e Domingos Neto de Velasco.

Sem nunca ter constituído familia, a sua vida foi um verdadeiro sacerdócio, inteiramente consagrada ao ensino.

A morte veiu colhê-la ainda nos labores do magistério, embora envelhecida e minada de desgosto pela perda de uma irmã muito querida, mas sempre rodeada de crianças que enchiam de consolo e de prazer espirital os seus últimos dias.

Faleceu a 11 de fevereiro de 1933, com 87 anos de idade, cercada do carinho e da gratidão dos goianos, confortada pelos Sacramentos da Igreja, tendo uma santa morte, digna de tão piedosa vida.

O seu nome está hoje no frontespicio de um Grupo Escolar da cidade de Goiaz, estabelecimento dos mais antigos e importantes do Estado, atestando a sua luminosa trajetória pelo magistério.

E mais do que isso, está inscrito, em letras de emoção e de saudade, no coração de quantos amam a sua terra natal e nela veneram aquêles símbolos claros e suaves de predestinação, que deu toda a sua vida pelo bem de Goiaz, pela causa do ensino, pela educação moral e religiosa dos goianos.

Pequenos testes para o Professor

- I Quem foi Montessori: um botânico, um químico ou um médico?
- II Que significam as iniciais Q. I. em Psicologia educacional?
- III Para que serve em classe um taboleiro de areia?
- IV Qual o 1º sintoma de fadiga mental?
- V Qual o axioma pedagógico em que se baseia a educação dos sentidos?

RESPOSTAS à pagin 191

Curiosidades

Os professores paulistas promoveram um inquérito para conhecerem a opinião de seus colegas, de todos os graus, com referência às qualidades do bom mestre. As opiniões até hoje colhidas sobre as qualidades principais do professor ideal oscilam desde a firmeza de caráter, o conhecimento da metodologia, a cultura geral e especial, a prudência, o equilíbrio, a serenidade, o espírito apostólico, a conduta modelar, a convicção religiosa, até o gosto artístico e a boa voz.

* É preciso que eu seja justo sem esperar qualquer recompensa.

(Seneca)

Não tenho tempo

Há também a história de professoras que, muitos dias depois de receber a Revista de Educação e Saúde, encontrando-se por acaso com gente da Administração, se dignam de exclaimar:

— Recebi a Revista de Educação. Está bôazinha, pelo jeito. Ainda « não tive tempo » de a ler.

E noutro dia, em outro lugar, uma outra Professora, por sinal que ilustrada:

— Ah! sim! A Revista de Educação, está bôazinha. Só não gostei de trazer pensamentos. Não têm utilidade prática. Gostaria que a Revista trouxesse mais coisas de utilidade prática.

Ao que o redator replica:

— Muito bem, justamente! Como a Sra. sabe, a Revista é dos Professores. A Sra. mesma, com o seu grande tirocínio e visão pedagógica, poderia nos honrar com a sua colaboração e se incumbir da parte de « utilidade prática ».

E a resposta vem imediata:

— O caso é que eu « não tenho tempo! »

Ainda em outro dia, e agora é um Professor, dos mais brilhantes e competentes:

— Estou « planejando » um artigo para a Revista de Educação. Está quase pronto. Assim que acabar o rascunho e o passar a limpo, remeter-lh'o-ei.

E isso foi há seis meses.

Acabo de me encontrar com êle, atencioso e cheio de um superior beneplácito para com a nossa modesta publicação.

— E então, como vai o artigo?

— Ah! sim! o artigo! Está quase pronto. Estou passando-o a limpo.

Dinamismo pedagógico.

Outra gentil professorinha, morena como uma índia e indiferente como uma deusa de romance antigo, passou a uma amiga beletrista a Revista dizendo: Não lêio isto.

Algum observador de assuntos educacionais que estivesse perto haveria de sorrir amargamente, um sorriso de

pedade, pensando nesses milhares de crianças analfabetas do Estado de Goiaz que pedem escolas, dessas escolas que pedem Professores, desses Professores que precisam de cultura e dedicação profissional e que no entanto desprezam as menores oportunidades que o Estado lhes oferece de melhorar o seu nível de preparo técnico e geral.

Goiaz! Goiaz!

Para corresponder ao teu apêlo e se interessarem pela tua publicação pedagógica, os teus professores não deveriam responder:

Não tenho tempo!

ou — Não leio isto!

mas ao contrário, estarem unidos, ativos, contentes, difundindo novos conhecimentos e prestigiando as tuas iniciativas úteis, porque:

“Ser Professor não é somente dar aulas: é ser culto, é amar as ciências e as letras, é ter ansia de aperfeiçoamento, profissional e dar EXEMPLOS de amor à profissão”.

RESPOSTAS DO TESTE *Da pagina 189*

- I — Maria Montessori, a criadora das “Casas da Criança”, foi a 1ª. mulher que se formou em medicina na Itália. Médica psiquiatra, tratava de crianças anormais e daí partiram os seus princípios, até hoje adotados nos Jardins da Infância.
- II — Q. I. Quociente intelectual — relação existente entre a idade mental e a idade cronológica.
- III — Serve para modelagens, lições de geografia e ciências naturais (relevo, acidentes, formas etc.) Desperta o interesse da criança e o gosto pelo trabalho em cooperação.
- IV — O bocêjo, a distração, a indisciplina.
- V — “Nada está na inteligência que não tenha passado pelos sentidos”.

Primeiros Socorros

SANGUE frio, expediente, energia e inteligência são diante de um acidentado, os requisitos de uma boa enfermeira. Todos os homens, mulheres e crianças devem ter uma noção de primeiros socorros para, deste modo, contribuir com auxílio àqueles que necessitarem. Aqui estão alguns conselhos que, se forem lidos com a devida atenção que merecem, ainda lhe prestarão grande auxílio.

(ADAPTAÇÃO DE LIFE)

DEZ REGRAS A SEREM EXECUTADAS AO SE SOCORRER UMA VÍTIMA

1. Chamar um médico imediatamente.
2. Manter a vítima deitada.
3. Atender primeiro às hemorragias.
4. Localizar os ferimentos.
5. Manter a vítima em posição confortável.
6. Se ela estiver inconsciente não lhe dê líquidos.
7. Manter a multidão afastada.
8. Procurar consolá-la nas aflições.
9. Não deixar que ela veja seus ferimentos.
10. Tomar, se possível, seu nome e endereço.

FERIMENTOS

Cortes, contusões, arranhaduras, ligeiras hemorragias

CUIDADOS

1. Remova as roupas em volta dos machucados, exceto as que estiverem coladas. Limpe as feridas com algum desinfetante. Nunca deixe que as mãos ou objetos não esterilizados toquem as feridas. Para estancar o sangue faça compressas de algodão bem apertadas.

HEMORRAGIAS DE VEIAS E ARTERIAS

2. Experimente fazer firme pressão com os dedos perto do ferimento. Não aplique torniquete se você não tiver prática disso. Não procure lavar os ferimentos antes de estancar o sangue. Não perca tempo. Não dê estimulantes à vítima.

FRATURAS

3. Nenhum ferimento externo pode indicar se há fratura, exceto quando se trata de fratura exposta. Compare a parte que se julga quebrada com a correspondente. Mantenha a vítima deitada. Suporte a parte quebrada com algodão, roupa, etc. Dê chá, café e água se a pessoa estiver consciente.

QUEIMADURAS

- 1º grau: Cor avermelhada
- 2º grau: Dores e bolhas d'água
- 3º grau: Destruição dos tecidos

4. Não ponha iodo em queimadura de espécie alguma. Não fure as bolhas d'água.

Cubra as partes queimadas com uma gaze fina embebida em algum remédio próprio para queimaduras.

DESMAIOS E ESTADO DE "SHOCK"

5. Só nos grandes acidentes é que a vítima fica em estado de "shock". A face torna-se

pálida, os lábios arrozeados e a respiração é irregular. Mantenha a vítima deitada com a cabeça inclinada para trás. Veja sua temperatura e a agasalhe bem. Se não houver hemorragia dê-lhe café forte, chá, etc. Evite qualquer bebida alcoólica. Não dê grande quantidade de líquido de uma só vez.

Administração da Revista AOS PROFESSORES

do interior do Estado

A Administração desta Revista solicita aos Professores de Zonas longínquas do Estado informações sobre qual o melhor meio de lhes ser feita a remessa, de modo a evitar constantes extravios.

Idêntico pedido faz aos Srs. Inspectores de Ensino Primário.

O noticiário das atividades dos estabelecimentos de ensino poderá ser enviado à Administração para publicação, com fotografias

Educar

Educar é ensinar fazer o bem
E detestar o mal;
É impulsionar, fazer subir além
Em busca do ideal.

Educar é gular almas a Deus
Com fé e dedicação;
É mostrar a incoerência dos ateus,
Que o negam sem razão.

Educar é missão da consciência
E envolver honestidade;
Sem estas nada vale a sapiência
Em bem da humanidade.

Educar é falar de Tiradentes
E dos demais heróis,
Que tombaram nas mãos dos inclementes,
Radiantes como sóis.

Educar é falar da fauna e flora
Da nossa Pátria imensa;
É mostra-la radiante como a aurora
E o sol da nossa crença.

Educar, finalmente é a salvação
Da vida racional;
Deve ser o apanágio da Nação —
O tema nacional.

Prof. AUGUSTO FERNANDES.

PÁGINA DE SAUDADE

Dr. José Carvalho dos S. Azevedo

A notícia da morte do dr. José Carvalho dos Santos Azevedo, ocorrida na cidade de Goiaz no dia 11 de agosto, ainda repercute dolorosamente em todo o Estado. O dr. Santos Azevedo era filho do velho educador goiano professor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo e de dona Virginia Carvalho Ferreira. Nasceu na antiga capital de Goiaz em 12 de agosto de 1900, tendo feito seus estudos no Liceu e, depois, na Faculdade de Direito de Goiaz. Tão logo concluiu o curso de Direito foi nomeado juiz municipal de Rio Verde, tendo sido promovido para o cargo de juiz de direito de S. José do Tocantins, donde, depois da vitória da Revolução de 1930, o tirou o governo interventorial para presidir a Comissão de Sindicâncias. Promovido para a comarca de Itaberai, deixou a Comissão de Sindicâncias, mas, ainda lá o foi buscar o governo, comissionando o no cargo de Secretário Geral do Estado, tendo, nessa qualidade, exercido, eventualmente, a interventoria federal, baixando então, o primeiro decreto relativo à mudança da capital do Estado para Goiânia.

O extinto serviu também à instrução, tendo sido professor de História da Civilização e do Brasil no Liceu de Goiaz e publicado interessante tese sobre a Amazônia.

Tendo se aposentado, dedicou-se o dr. Santos Azevedo à advocacia, que exercia na comarca de Goiaz, com a mesma probidade, inteligência e cultura que marcaram a sua passagem pela magistratura, pelo magistério e pela administração.

LEGISLAÇÃO

ESCOLAR

Resumo de Decretos, na
pasta de Educação e Saúde,
assinados no corrente bimestre:

DECRETO Nº 142, DE 1-8-946.

Cria uma E. I. mista na fazenda "Bon Vista", distrito de Goiânia, município de Goiânia.

DECRETO Nº 143, DE 1-8-1946.

Cria Escolas Isoladas mistas nas fazendas "Água Doce", "Brejão" e "Araçuaçu", nos municípios de Arraias, S. Domingos e Suçupara, respectivamente.

DECRETO Nº 145, DE 2-8-946.

Transfere para o Abrigo "Cristo Redentor", desta Capital, a E. I. anexa ao Patronato Agrícola "Presidente Vargas", criada pelo decreto nº 20, de 21-7-944.

DECRETO Nº 147, DE 6-8-946.

Desdobra em duas (2), uma para cada sexo, a E. I. mista "Vitor Coelho de Almeida", do Bairro de Campinas, desta Capital.

DECRETO Nº 148, DE 9-8-946.

Cria duas (2) escolas isoladas uma para cada sexo, junto ao "Grêmio Cultural Civil Militar" da cidade de Ipameri.

DECRETO Nº 149, DE 10-8-946.

Cria uma E. I. mista na fazenda "Ruilbarbo", município de Anicuns.

DECRETO Nº 150, DE 10-8-946.

Cria um Sub-Pósto de Higiene na cidade de Luziania.

DECRETO Nº 151, DE 10-8-946.

Desdobra em duas (2), uma para cada sexo, a E. I. mista do povoado de Areão, município de Corumbáiba.

DECRETO Nº 152, DE 10-8-946.

Cria cinco (5) escolas isoladas localizando-as nas fazendas "Mamoelro", "Córrego do Felipe", "Serra Abaixo", "Fe-

lidade" e "Macacos", todas no município de Inhumas.
DECRETO Nº 154, DE 12 DE AGOSTO.

Cria uma E. I. mista no povoado de Veríssimo, município de Goiandira.

DECRETO Nº 155, DE 12-8-946.

Desdobra em duas (2), uma para cada sexo, a E. I. mista da Vila de Matripotaba, município de Piracanjuba.
DECRETO Nº 156, DE 12-8-946.

Cria duas escolas isoladas mistas, localizando-as nos lugares denominados "Manoel José" na fazenda Clara e "Barracão", na fazenda Acabarrabo, ambas no município de Cristalina.

DECRETO Nº 157, DE 12-8-946.

Cria uma E. I. mista no lugar denominado "Campestre", na fazenda Santo Antônio, município de Anicuns.

DECRETO Nº 158, DE 13-8-946.

Cria Escolas Isoladas mistas no povoado "Miações" e na Vila "Taipua", município de Dianópolis.

DECRETO Nº 159, DE 13-8-946.

Cria escolas isoladas mistas nas fazendas "Largas", "Bon Vista" e "S. Bento", no município de Suçupara.

DECRETO Nº 160, DE 14-8-946.

Cria uma E. I. mista no povoado Maratá, município de Pires do Rio.

DECRETO Nº 161, DE 14-8-946.

Cria escolas isoladas mistas nas fazendas "Caetés", "Azul", "Jurema", "Mata", "Furnas", "Piancó", "Lagoa Formosa", "Macacos", "Sozinha", "Mata Pasto", e "Poções", no município de Anápolis.

DECRETO Nº 162, DE 14-8-946.

Cria E. I. mistas nos povoados Correntinho, Monte Santo e Tranqueira, no município de Araguacema.

DECRETO Nº 163, DE 14-8-946.

Cria escolas isoladas mistas nos povoados Panela de Ferro, Novo Acórdo e Lagendo, no município de Pedro Afonso.
DECRETO Nº 164, DE 14-8-946.

Cria uma escola isolada mista no povoado "Olho Grande", município de Tocantinópolis.

DECRETO Nº 165, DE 14-8-946.

Dispõe sobre a instalação do Grupo Escolar de Baliza.
DECRETO Nº 166, DE 16-8-946.

Cria uma E. I. mista na fazenda "Imbirá", município de Goiânia.

DECRETO Nº 167, DE 19-8-946.

Cria uma E. I. mistas nas fazendas "Três Barras", "Bar-

reiros", "Santa Bárbara", "Insucesso", e "Palmital", nos municípios de Piracanjuba, Goiandira, Golatuba, Anicuns e Formosa, respectivamente.

DECRETO Nº 168, DE 19-8-946.

Cria uma escola isolada mista no povoado "Lages", município de Cavalcante.

DECRETO Nº 169, DE 19-8-946.

Cria duas escolas isoladas mistas nas fazendas denominadas "Barreiros" e "Itiacho", ambas no município de Luziânia.

DECRETO Nº 170, DE 19-8-946.

Cria escolas isoladas mistas nas fazendas "Dões de Macaúbas", "Macaúba" e "Borboleta", todas no município de Anápolis.

DECRETO Nº 172, DE 19-8-946.

Cria escolas isoladas mistas nas fazendas "Docalma", e "Rio das Pedras", nos municípios de Goiaz e Itapaci, respectivamente.

DECRETO Nº 173, DE 19-8-946.

Cria escolas isoladas mistas nas fazendas "Água Massa", "Água Limpa", "Serra Negra", S. Francisco, S. João", "Lagens", Boa Esperança" e "Estrelito", todas no município de Rio Verde.

DECRETO Nº 174, DE 20-8-946.

Cria uma E. I. mista na fazenda "Barreiros", município de Itumbalara.

DECRETO Nº 175, DE 20-8-946.

Cria escolas isoladas mistas nas fazendas "Mangabeira", "Barreiro de Baixo", "Ólho d'Água" e "S. Vicente", município de São Domingos.

DECRETO Nº 176, DE 20-8-946.

Autoriza a instalação do Grupo Escolar de Ipeguarí, município de Rio Verde.

DECRETO Nº 177, DE 20-8-946.

Cria um Sub-Pósto de Higiene na cidade de Matafona.

DECRETO Nº 178, DE 20-8-946.

Cria uma E. I. mista na fazenda "Claros", município de Cristalina.

DECRETO Nº 179, DE 22-8-946.

Cria duas (2) escolas isoladas mistas nas fazendas "Cachoeira do Rio Preto", "Fundão", nos municípios de Quirinópolis e Anicuns, respectivamente.

DECRETO Nº 181, DE 23-8-946.

Cria E. I. mistas nas fazendas "Barreiro de S. José"

e "Araras", ambas no município de Morrinhos.

DECRETO Nº 185, DE 20-8-946.

Dispõe sobre a doação de terrenos para construção de escolas primárias em Golaz.

DECRETO Nº 180, DE 23-8-946.

Transfere a escola da fazenda "Mondongo" para a fazenda "Tamanduá", ambas no município de Pirenópolis.

DECRETO Nº 182, DE 23-8-946.

Desdobra em duas a escola isolada Noturna criada pelo decreto nº 9, d 20-2-945, desta Capital.

DECRETO Nº 183, DE 23-8-946.

Cria quatro escolas isoladas no município de Luziânia.

DECRETO Nº 184, DE 23-8-946.

Desdobra em duas, uma para cada sexo, a Escola Isolada mista do Povoado Maratá, município de Pires do Rio.

DECRETO Nº 189, DE 27-8-946.

Cria mais uma cadeira no Grupo Escolar de Goiandira.

DECRETO Nº 186, DE 27-8-946.

Cria escolas isoladas mistas nas fazendas "Chapada de Nova Roma" e "Vão do Moleque", no município de Cavalcante.

DECRETO Nº 187, DE 27-8-946.

Cria Escolas Isoladas mistas nas fazendas "Aldéia", Água Doce", "Morro", "Serrinha" e "Gameleira", no município de Natividade.

DECRETO Nº 188, DE 27-8-946.

Autoriza a instalação do Grupo Escolar de Caturá, município de Inhumas.

DECRETO Nº 190, DE 27 DE AGOSTO DE 1946.

Cria uma escola isolada mista na fazenda Gameleira no município de Pires do Rio.

DECRETO Nº 191, DE 27 DE AGOSTO DE 1946.

Cria Escolas Isoladas Mistas nas fazendas "São Domingos", "Retiro" e "Mocambo", no município de Paranaíba.

DECRETO Nº 192, DE 29 DE AGOSTO DE 1946.

Transfere para a fazenda "Larga" a Escola Isolada Mista da fazenda "Palmital", criada pelo decreto nº 167, de 19 de agosto de 1946, no município de Formosa.

DECRETO Nº 193, DE 29 DE AGOSTO DE 1946.

Cria uma Escola Isolada Mista na fazenda "Capim Paba", no Município de Itaberaí.

DECRETO Nº 194, DE 29 DE AGOSTO DE 1946.

Cria Escolas Isoladas mistas nas vilas de Candeias e Talrasú, no município de Porto Nacional.

DECRETO Nº 195, DE 29 DE AGOSTO DE 1946.

Cria Escolas Isoladas mistas nos povoados de Taquaruçu

- sinho e Ipueira, no município de Pôrto Nacional.
- DECRETO Nº 196, DE 29 DE AGOSTO DE 1946.
Cria Escolas Isoladas mistas nos Bairros "Jundiaí", "Tiradentes" e "Santa Terezinha", no município de Anápolis.
- DECRETO Nº 197, DE 29 DE AGOSTO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista junto à "União Operária de Pedro Afonso", com sede na cidade de igual nome.
- DECRETO Nº 215, DE 3 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista, no município de Ipameri.
- DECRETO Nº 216, DE 3 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista no município de Silvania.
- DECRETO Nº 217, DE 3 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista, nas fazendas "Morro do Campo" e "Mundo Novo", no município de Uruaçu.
- DECRETO Nº 220 DE 3 DE SETEMBRO DE 1946.
Desdobra em duas, uma para cada sexo, a Escola Isolada "Presidente Gaspar Dutra", desta Capital.
- DECRETO Nº 221, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista no povoado de "Firmilópolis", no município de Paraúna.
- DECRETO Nº 222, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista, no município de Piracanjuba.
- DECRETO Nº 223, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria mais duas cadeiras no Jardim da Infância desta Capital.
- DECRETO Nº 224, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista no povoado "Conceição", no município de Formosa.
- DECRETO Nº 225, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista no povoado "Redenção", no município de Peixe.
- DECRETO Nº 226, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista em Xerente, município de Araguacema.
- DECRETO Nº 227, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Desdobra em duas (2), uma para cada sexo, a Escola Isolada mista do Distrito de Tupirama, município de Araguacema.
- DECRETO Nº 228, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Transforma a Escola Isolada "Vitor Coelho", do Bairro de Campinas, em Escolas Reunidas.
- DECRETO Nº 229, DE 4 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada mista na fazenda "Mangabal", no município de Pires do Rio.

- DECRETO Nº 231, DE 6 DE SETEMBRO DE 1946.
Transfere Escola Isolada, no município de Goiaz.
- DECRETO Nº 232, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria Escolas Isoladas mistas no município de Posse.
- DECRETO Nº 233, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.
Autoriza a instalação dos Grupos Escolares de Iporá, Mossamedes e Xixá, todos no município de Goiaz.
- DECRETO Nº 234, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada Mista na fazenda "Ribeirão da Cachoeira", no município de Anápolis.
- DECRETO Nº 235, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada Mista no município de Goiaz.
- DECRETO Nº 236, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma Escola Isolada Mista no município de Goiaz.
- DECRETO Nº 237, DE 10 DE SETEMBRO DE 1946.
O interventor Federal, no Estado de Goiaz, resolve adotar, nos cursos primário e normal do Estado, o livro "Pequenos Pontos DE HISTÓRIA DE GOIAZ" de autoria do Professor Guimarães Reis.
- DECRETO Nº 239, DE 14 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria Escola Isolada Mista no município de Rio Verde.
- DECRETO Nº 240, DE 16 DE SETEMBRO DE 1946.
Transfere Escola no município de Piracanjuba.
- DECRETO Nº 241, DE 16 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria Escola Isolada Mista no município de Piracanjuba.
- DECRETO Nº 242, DE 16 DE SETEMBRO DE 1946.
Cria uma escola isolada mista na fazenda Camarão, no município de Mataúna.

Relação dos "fatos" educacionais de maior vulto ocorridos em Goiaz

Mês de agosto de 1946.

Agosto, 1 — É assinado o acordo entre o Governo do Estado de Goiaz e o Ministério de Educação referente ao Convênio Nacional do Ensino Primário. A quota para a construção das 28 primeiras escolas foi posta à disposição do Estado.

Agosto, 1 — Em Goiânia, Goiaz, é instalado um curso de emergência para formação de puericultoras, anexa à Escola de Enfermagem S. Vicente de Paulo, terceira turma.

Agosto, 3 — Publica-se o decreto-lei nº 464, da Interventoria Federal, autorizando doação de um terreno à Rádio Clube de Goiânia S/A, pelas suas atividades educativas.

Agosto, 15 — Noticia-se que "será criada em Goiânia um curso de formação artística infantil", iniciativa do Departam-

mento Estadual de Cultura;

Agosto, 29 — Em Goiânia realisa-se a primeira assinatura do acordo elaborado para a construção de escolas primárias, entre as Prefeituras Municipais de Jaraguá e Pirenópolis, de acordo com o decreto-lei federal que institui o Convênio Nacional do Ensino Primário;

Agosto, 29 — O Conselho Administrativo do Estado de Goiás aprova os decretos-leis da Interventoria Federal que adaptam ao Ensino Primário e ao Ensino Normal existentes neste Estado, as normas prescritas nos decretos-leis federais n.ºs. 8.529 e 8.530, ambos de 2-1-1946.

Lei orgânica do Ensino Normal

DECRETO-LEI Nº 514, DE 31 DE AGOSTO DE 1946.

Adapta o Ensino Normal de Goiás ao que dispõe a Lei Orgânica do Ensino Normal, expedida pelo decreto-lei federal nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

O Interventor Federal, no Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6º, nº V, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, decreta:

CAPÍTULO I

Da adaptação do Ensino Normal de Goiás

Art. 1º — Fica o sistema do Ensino Normal do Estado de Goiás adaptado aos princípios e normas que estabelece o decreto-lei federal nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal).

CAPÍTULO II

Do Instituto de Educação de Goiás

Art. 2º — Fica transformada em Instituto de Educação de Goiás a Escola Normal Oficial, criada pela Resolução Provincial nº 676, de 3 de agosto de 1883.

Art. 3º — Os professores da Escola Normal Oficial passarão a fazer parte do corpo docente da Escola Normal do Instituto de Educação de Goiás, conservando os catedráticos todos os direitos e prerrogativas de que gozam atual-

mente, desde que obedeçam ao que estatui o item III do artigo 49 da Lei Orgânica.

Art. 4º — Os professores catedráticos de 1) — Francês, 2) — Geografia, Corografia do Brasil e Cosmografia, 3) — Ciências Físicas e Naturais e 4) — História Geral e do Brasil da atual Escola Normal terão provimento efetivo no Curso Ginásial do Instituto de Educação, nas disciplinas em que se submeteram a concurso, desde que registrados na Diretoria do Ensino Secundário.

Art. 5º — Serão aproveitados no Instituto de Educação de Goiás, nos mesmos cargos que ocupam, os funcionários administrativos da Escola Normal Oficial.

Art. 6º — Fica criado no Instituto de Educação o cargo de Chefe de Disciplina, a ser preenchido pelo atual Inspetor de Alunos da Escola Normal Oficial.

Art. 7º — O governo do Estado não outorgará mandato para a instalação e funcionamento de Instituto de Educação.

CAPÍTULO III

Dos Estabelecimentos de Ensino Normal existentes no Estado

Art. 8º — As escolas normais, municipais e particulares, existentes no Estado, e cujo funcionamento está regulado pela lei estadual nº 659, de 28 de janeiro de 1931, combinada com o decreto nº 2.577, de 22 de outubro de 1932, passarão à categoria de Escola Normal, nos termos do parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Orgânica do Ensino Normal.

Art. 9º — Funcionará, obrigatoriamente, nas Escolas Normais do Estado, nos anos letivos de 1947 e 1948, como medida transitória, um Curso de Adaptação, destinado à matrícula dos alunos que concluírem, em 1946, a primeira e a segunda série do curso complementar, anexo às escolas normais do Estado, bem como a primeira série do curso normal.

§ 1º — O curso de que trata este artigo compreenderá duas séries, no ano de 1947, e apenas a segunda série, no ano de 1948.

§ 2º — As disciplinas da primeira série desse curso serão as de terceira série do Curso Normal Regional, acrescidas de Geografia Geral e do Brasil; as da segunda série serão as da quarta série do Curso Normal Regional e ainda

História Geral.

Art. 10º — Nas Escolas Normais que não possuírem o Curso Ginásial de que trata o parágrafo 2º, do artigo 4º da Lei Orgânica, esta falta se considerará suprida, no ano de 1947, pelo Curso de Adaptação a que se refere o artigo anterior.

Art. 11º — As escolas normais, sob o regime de mandato, que, até 29 de fevereiro de 1948, não possuírem Ginásio oficialmente reconhecido, passarão à categoria de Curso Normal Regional.

§ único — Na hipótese prevista no presente artigo, fica facultado aos alunos optarem pela transferência para qualquer Escola Normal ou pela adaptação nas séries correspondentes do Curso Normal Regional.

CAPÍTULO IV

Dos alunos ora matriculados nos cursos de Ensino Complementar e Normal

Art. 12º — Os alunos que concluírem, no corrente ano, a primeira série do curso complementar, bem como os reprovados da segunda série, serão matriculados na primeira série do Curso de Adaptação, criado pelo artigo 9º do presente decreto-lei.

§ único — Aos alunos reprovados na primeira série do Curso de Adaptação é facultada a matrícula na terceira série do Curso Normal Regional.

Art. 13º — Os alunos com direito à matrícula na segunda série do curso complementar e na primeira série do curso normal vigente serão admitidos, em 1947, na segunda série do Curso de Adaptação.

§ único — Aos reprovados, em 1948, no Curso de Adaptação, será expedida guia de transferência para a quarta série do Curso Normal Regional.

Art. 14º — Os alunos habilitados à matrícula na terceira e na quarta série do curso normal atual, serão adaptados, respectivamente, aos estudos da primeira e da segunda série da Escola Normal.

Art. 15º — Os alunos, ora matriculados na quarta sé-

rie, terminarão os seus estudos dentro do plano de ensino estabelecido pela lei estadual nº 659, de 23 de janeiro de 1931, combinada com o decreto nº 2.577, de 22 de outubro de 1932.

CAPÍTULO V

Disposições diversas e finais

Art. 16º — O governo do Estado assegura aos professores, diplomados pelo regime escolar da Lei nº 659, de 23 de janeiro de 1931, combinada com o decreto nº 2.577, de 22 de outubro de 1932, o direito ao ingresso nos Cursos de Especialização de Ensino e no Curso de Administradores Escolares, atendidas as condições gerais de matrícula, previstas no artigo 22 da Lei Orgânica.

Art. 17º — Será também permitido aos professores de que trata o artigo anterior cursarem a terceira série da Escola Normal, para aquisição das vantagens reguladas no artigo 55 da Lei Orgânica.

Art. 18º — Serão organizados oportunamente pelo Departamento de Educação e expedidos pela Secretaria de Estado de Educação e Saúde, para vigência no ano letivo de 1947, os programas de ensino e as diretrizes metodológicas, destinados aos cursos normais de primeiro e segundo ciclo, assim como aos cursos de especialização de ensino e de administração escolar.

Art. 19º — Nos casos omissos, serão as situações de caráter transitório resolvidas por decisão ou instruções da Secretaria de Estado de Educação e Saúde, cabendo sempre recurso dos interessados para o Ministério de Educação e Saúde.

Art. 20º — A adaptação de que trata este decreto-lei terá vigência integral a partir de 1º de janeiro de 1947.

Art. 21º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 22º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 21 de agosto de 1946, 58º da República.

General Felipe Antônio Xavier de Barros
Dr. Simão Carneiro de Mendonça

Lei organica do Ensino Primário

DECRETO-LEI Nº 513, DE 31 DE AGOSTO DE 1946.

Adapta o Ensino Primário de Goiás ao que dispõe a Lei Orgânica do Ensino Primário, expedida pelo decreto-lei federal nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.

O Interventor Federal, no Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe confere o art. 6º, nº V, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, decreta:

CAPÍTULO I

Da adaptação do Ensino Primário de Goiás

Art. 1º — Fica o sistema do Ensino Primário do Estado de Goiás adaptado aos princípios e normas que estabelece o decreto-lei federal nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário).

CAPÍTULO II

Dos Estabelecimentos de Ensino Primário existentes no Estado

Art. 2º — Fica transformada em Grupo Escolar do Instituto de Educação de Goiás, a Escola Complementar, anexa à Escola Normal Oficial e regulada pelo decreto nº 859, de 28 de janeiro de 1931.

Art. 3º — Fica transferido para o Instituto de Educação de Goiás, também como Escola anexa, o atual Jardim da Infância da Capital.

Art. 4º — Os Professores da Escola Complementar e do Jardim da Infância da Capital passarão a fazer parte, respectivamente, dos corpos docentes do Grupo Escolar e do Jardim da Infância do Instituto de Educação de Goiás, ressalvados os direitos e prerrogativas de que gozam atualmente.

Art. 5º — Os demais estabelecimentos de ensino primário, mantidos pelo Estado, conservarão as atuais denominações de Escola Isolada, Escolas Reunidas e Grupo Escolar.

Art. 6º — O curso primário elementar do Grupo Esco-

lar Modelo continuará com seu efetivo número de classes, devendo ainda ser acrescido de um curso primário complementar, conforme determina a Lei Orgânica do Ensino Primário.

Art. 7º — Fica confirmado, pelo presente decreto-lei, o mandato outorgado aos estabelecimentos particulares de ensino primário existentes no Estado, os quais se sujeitarão, a partir de 1947, em tudo que se lhes possa aplicar, ao Regulamento do Ensino Primário, a ser baixado por decreto-lei do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º — O Estado de Goiás só outorgará mandato para instalação de Curso Primário Complementar, quando o mesmo funcionar como parte integrante dos estabelecimentos de ensino, denominados Curso Primário.

§ único — Não está sujeito à regulamentação deste artigo o Curso Anexo do Colégio Estadual de Goiás, o qual poderá continuar sua existência sob a denominação de Curso Primário Complementar, sujeitando-se, porém, em tudo que lhe for aplicável, ao novo Regulamento do Ensino Primário, a ser baixado.

CAPÍTULO III

Dos alunos ora matriculados nos estabelecimentos de ensino primário

Art. 9º — Os alunos aprovados, até este ano, na primeira, segunda e terceira séries dos estabelecimentos de ensino primário, existentes no Estado, serão matriculados, em 1947, respectivamente, na segunda, terceira e quarta séries dos mesmos estabelecimentos.

Art. 10º — Os alunos que concluírem, até 1946, a quarta série dos Grupos Escolares e Cursos Primários serão matriculados, no ano letivo seguinte, no Curso Primário Complementar.

CAPÍTULO IV

Disposições diversas e finais

Art. 11º — Aos professores das escolas públicas primárias, bem como aos funcionários administrativos das mesmas, ficam assegurados todos os direitos e prerrogativas

de que gozam atualmente.

Art. 12º — Serão organizados pelo Departamento de Educação e expedidos, em tempo oportuno, pela Secretaria de Estado de Educação e Saúde, para integral vigência, em 1947, os programas de ensino destinados às diferentes categorias de curso primário, e as diretrizes metodológicas necessárias à cabal execução dos mesmos.

Art. 13º — A adaptação de que trata este decreto-lei entrará em vigor a partir de janeiro de 1947.

Art. 14º — Nos casos omissos, serão as situações de caráter transitório resolvidas por decisão ou instruções do Departamento de Educação, cabendo sempre recurso dos interessados para as autoridades superiores.

Art. 15º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia,
31 de agosto de 1946, 58º da República.

General Felipe Antônio Xavier de Barros
Dr. Simão Carneiro de Mendonça

DECRETO Nº 185, DE 26 DE AGOSTO DE 1946.

Dispõe sobre doação de terrenos para construção de escolas.

O Interventor Federal no Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe confere o artigo 7º, item V, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e,

Considerando que a construção de escolas a serem localizadas em ponto central de fazenda, povoados ou zonas de colonização, no Estado, depende da doação, por parte dos Municípios ou de particulares, dos terrenos necessários e que satisfaçam às condições pedagógicas e de higiene.

Considerando que, pela cláusula 5a., do Acórdão firmado entre a União e o Estado de Goiás, em data de 31 de julho último, ficou este na obrigação de providenciar a doação dos terrenos para a edificação de escolas, com a área de, pelo menos, 10.000 metros quadrados;

Considerando que o Governo Federal, para a execução desse vasto e patriótico empreendimento, contribuiu, no corrente ano, com vultosa importância, que está sendo distribuída aos Estados, sob a forma de auxílios;

Considerando que o Estado de Goiás já recebeu a primeira parcela destinada a ampliação e melhoria do seu sistema escolar primário;

Considerando que as Unidades Federadas que, dentro do prazo de sessenta (60) dias, contados do recebimento da primeira parcela, não tiverem dado início às construções, perderão o direito à percepção das parcelas restantes, com a obrigação, ainda, de restituir as quantias recebidas para esse fim;

Considerando que, dada a exiguidade do prazo, não é possível que tais doações se processem senão nas sedes dos Municípios, independente das formalidades previstas no artigo 3º, do decreto-lei nº 5.547, de 11 de abril de 1942;

Considerando que o parágrafo único, do artigo 9º, do decreto-lei nº 5.770, de 22 de maio de 1942, deu competência aos exatores estaduais para representarem o Estado nas doações que lhe forem feitas, assim como nas permutas de bens em que figurar como interessado, podendo, no desempenho dessa atribuição, receber, outorgar e assinar escrituras;

Considerando, finalmente, a impossibilidade de serem redigidos nesta Capital e assinados pelo Procurador Fiscal os contratos e compromissos de doações de terrenos ao Estado, para construção de escolas, pelos motivos expostos,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam os representantes do Ministério Público nos Municípios com as atribuições de minutar e assinar, juntamente com o Coletor Estadual, as escrituras de doação de terrenos destinados à construção de escolas de que trata a cláusula 5a. do Convênio firmado entre a União e este Estado, nos termos do § 2º, art. 3º, do decreto-lei federal nº 9.256, de 13 de maio de 1946.

Art. 2º — Os terrenos a serem doados deverão satisfazer às condições pedagógicas e de higiene, cuja área não

poderá ser menos de dez mil metros quadrados (10.000,ms²) e localizados, de preferência, em ponto central de fazendas, povoados ou em zona de colonização.

Art. 3º — Serão consideradas válidas, para todos os efeitos legais, as escrituras públicas ou particulares de doação de terreno assinadas antes da vigência deste decreto.

Art. 4º — Este decreto entra em vigor imediatamente, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiaz, em Goiânia,
26 de agosto de 1946, 58º da República.

General Felipe Antônio Xavier de Barros
Dr. Simão Carneiro de Mendonça

LEGISLAÇÃO

DE SAÚDE

DECRETO-LEI Nº 531, DE 13 DE SETEMBRO DE 1946.

"Cria, no Departamento de Saúde, o Serviço de Pronto Socorro, definindo as suas atribuições".

O Interventor Federal, no Estado de Goiaz, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6º, nº V, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Art. 1º — Fica criado, no Departamento de Saúde o Serviço de Pronto Socorro, com as seguintes atribuições:

- a) — prestar socorro médico-cirúrgico nos casos ocorridos nas vias públicas;
- b) prestar os primeiros socorros médicos-cirúrgicos, em domicílio, nos casos súbitos e graves;

c) prestar socorros médicos-cirúrgicos, em idênticas condições, nos casos em que seja necessária a sua assistência, em qualquer local público, prestando integral colaboração às autoridades policiais, quando solicitada;

d) — atender na própria sede aos que a ela comparecerem necessitando de curativo imediato ou de cuidados médicos urgentes;

e) — efetuar em seus veículos o transporte de pessoas enfermas ou traumatizadas.

Art. 2º — Todos os socorros prestados na via pública serão gratuitos.

Parágrafo único — Os socorros especificados nas alíneas "b", "d" e "e", somente serão gratuitos às pessoas reconhecidamente pobres.

Art. 3º — O Serviço de Pronto Socorro funcionará ininterruptamente, segundo o que for estabelecido em regulamento próprio.

Art. 4º — Os socorros serão prestados com a máxima presteza qualquer que seja a forma pela qual cheguem os chamados ao conhecimento do Serviço.

Art. 5º — O Pronto Socorro não poderá, de forma alguma, ser recusado, sob o pretexto de verificação prévia das condições de pobreza do socorrido ou de quem o solicitou.

Art. 6º — Os socorros médicos ou cirúrgicos em domicílio ou na sede do Serviço, com exceção dos que tratam as alíneas "a" e "c", do artigo 1º, serão remunerados de acordo com a tabela que for aprovada em regulamento.

Art. 7º — O Serviço de Pronto Socorro será instalado e mantido com os recursos de que dispõe o Departamento de Saúde, competindo-lhe ainda designar os servidores que nele devam prestar serviços.

Art. 8º — Dentro de noventa (90) dias após a publicação desta lei, o Departamento do Serviço Público, em colaboração com o Departamento de Saúde, apresentará ao Chefe do Poder Executivo projeto de regulamento do Serviço de Pronto Socorro.

Art. 9º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 13 de setembro de 1946, 58ª da República.

Belarmino Cruvinel

Lr. Simão Carneiro de Mendonça
Venerando de Freitas Borges

Preceitos de Puericultura preconizados pelo D. N. C. do M. E. S., que deverão constar das Certidões de Registro Civil (Decreto-lei nº 9.017, de 23 de fevereiro de 1946).

I) — Imediatamente após o nascimento deve-se pingar nos olhos da criança duas gotas de solução de nitrato de prata a 1% recentemente preparada.

Se este cuidado não tiver sido tomado e o recém-nascido apresentar inflamação nos olhos, deve ser levado imediatamente ao especialista de olhos, porque esta purgação é grave, e pode causar a cegueira.

II) — Nas primeiras 12 a 24 horas após o nascimento, a criança não precisa mamar, entretanto, convém dar, de 2 em 2 horas, uma ou duas colherinhas de água fervida levemente açucarada.

III) — A melhor maneira de criar uma criança é alimentá-la com o leite materno, pelo menos até seis meses.

Não dê outro leite a uma criança de tenra idade sem ouvir primeiro o conselho do médico de sua confiança ou do Pósto de Puericultura.

IV) — E' aconselhável que a criança sugue um seio de cada vez e de 3 em 3 horas, seis vezes ao dia, deixando-se a sua vontade o tempo que ela quiser mamar, contanto que não passe de meia hora.

Ela não deve mamar fora do horário, nem durante a noite, salvo por indicação do médico.

V) — O leite materno é sempre bom para a criança. Não há vantagem, pois, em mandar examiná-lo, pensando que éle seja fraco. Se a criança não se desenvolve bem, talvez isto ocorra porque ela não mama bastante. Peça

neste caso o conselho do seu médico, ou consulte o Pósto de Puericultura.

VI) — A criança deve ser pesada semanalmente. Para saber se ela está se desenvolvendo bem, leve-a ao médico de sua confiança ou ao Pósto de Puericultura, pelo menos, uma vez por mês.

VII) — Dê banho diariamente no seu filhinho, pois o asseio assim como o ar livre e o sol são indispensáveis a saúde das crianças.

Vista-o de acórdio com o tempo, usando roupas leves no verão e maior agasalho no inverno.

VIII) — E' aconselhável dar a criança água filtrada ou fervida, no intervalo das mamadas, principalmente nos dias quentes.

A partir de dois meses dê-se suco de frutas frescas (laranja, tomate, lima). Começar com uma colherinha podendo chegar até quatro colheres das de sopa por dia.

IX) — A criança deve dormir sôzinha no berço, ou na sua caminha, e nunca untamente com os pais, os irmãos ou outras pessoas.

X) — Os primeiros dentes saem geralmente aos seis meses; mas, o seu aparecimento antes ou depois desta data não tem a menor significação. A dentição não pode ser causa de alteração graves da saúde da criança, — tais como, diarréia, febre, vômitos, convulsões, tosse, etc..

Se alguma destas perturbações aparecer procure logo o médico da sua confiança, ou o Pósto de Puericultura, para que éle descubra a sua causa.

XI) — Vacine o seu filhinho: logo ao nascer, nos primeiros dez dias de vida, contra a tuberculose, dando-lhe o B. C. G.; depois, contra a varíola (bexiga) entre 4º e 6º mês e a partir do 8º mês contra a difteria (crupe).

XII) — A mãe que amamenta, se é sadia, não tem dieta. Pode comer tudo que tiver vontade, e nada a contra gôsto; pois, só o que lhe proporcionar prazer concorrerá para tornar o seu leite bom e abundante.

Evite, entretanto, as bebidas alcoólicas, porque o álcool ingerido passa com o leite e pode causar perturbações no seu filho.

(Publicado no "Diário Oficial", da União, de 9-9-46).

MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE ENSINO DO EXÉRCITO
AS MATRÍCULAS

nas Escolas Preparatórias em 1947

A Diretoria de Ensino do Exército, no Distrito Federal, as Escolas Preparatórias, os Quartéis Gerais, Corpos e Estabelecimentos Militares nos Estados, prestarão tôdas as informações referentes à matrícula nas Escolas Preparatórias e distribuirão, a pedido, as "Instruções" para o próximo Concurso de Admissão a realizar-se em janeiro de 1947.

Nas Escolas Militares são recebidos todos os brasileiros aptos, condicionados física, moral e intelectualmente às exigências da vida militar.

NESSAS ESCOLAS OS ALUNOS RECEBEM, ALÉM DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO, O FARDAMENTO, ASSISTÊNCIA MÉDICA E DENTÁRIA, INCLUSIVE MEDICAMENTOS, TUDO POR CONTA DO ESTADO, PERCEBENDO AINDA OS VENCIMENTOS MENSIS DE Cr\$ 100,00.

As despesas, por conta do candidato, importam apenas em Cr\$ 430,00, sendo Cr\$ 30,00 de taxa de inscrição no Concurso de Admissão e Cr\$ 400,00, no ato da matrícula, para aquisição de roupa de cama.

Os interessados residentes nos Estados de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás, poderão dirigir os seus pedidos de "Instruções" para a Secretaria da Escola Preparatória de São Paulo — Rua da Fonte n. 91 — na capital dêste Estado.

Para matricular-se nessas Escolas, basta que

esteja habilitado a fazer o concurso e preencha os seguintes requisitos:

a) ter a idade mínima de 15 anos completos ou a máxima de 18 anos, para o 1º ano, 19 para o 2º ano e 20 para o 3º ano, referidos êsses limites ao dia 1º de março de 1947;

b) ser brasileiro nato e solteiro;

c) ter consentimento do pai ou tutor para verificar praça no Exército;

d) possuir antecedentes pessoais que o recomendem ao ingresso na Escola;

e) apresentar: certificado de aprovação nos exames de licença do curso ginasial, consoante a Lei n. 4244, de 9 de abril de 1942, se se destinar ao 1º ano; certificado de aprovação nos exames do 1º ano científico se se destinar ao 2º ano; certificado de aprovação nos exames do 2º ano científico, ou curso secundário fundamental pelo regime anterior ao da Lei n. 4244, se para o 3º ano;

f) os candidatos de 17 anos (inclusive) em diante, deverão apresentar prova de que estão em dia com as suas obrigações militares. Essa prova é feita mediante apresentação do certificado de alistamento ou de reservista.

O requerimento e demais documentos exigidos para inscrição no concurso de admissão estão isentos de selo, de acôrdo com o Decreto-lei n. 8816, de 24 de janeiro de 1946.

As inscrições são feitas em requerimento do próprio punho do candidato dirigido ao Cmt. da Escola entre 1 e 31 de outubro.

As "Instruções", além de conterem tôdas as informações sôbre o modo de requerer a inscrição, sôbre as formalidades a serem preenchidas e sôbre a forma de realização dos exames médico e intelectual, trazem os programas detalhados das matérias dêste último exame, permitindo, assim, que o candidato se prepare em qualquer localidade onde resida.

Hernani Moreira de Castro, Cap. Secretário.

EXPEDIENTE

REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Órgão da Secretaria de Estado de Educação e Saúde de Goiás

(Criada pelo decreto n. 3.482, de 12 de junho de 1933)

(Reorganizada pelo decreto-lei n. 185, de 24 de novembro de 1945)

GOIÂNIA — CAPITAL DE GOIAZ — Agosto e Setembro de 1946

DIRETOR — PROFESSORA FLORACY ARTIAGA MENDES

Publicação mensal — Circulação a 30 de cada mês

São colaboradores desta Revista, todos os Professores e Médicos Sanitaristas do Estado, públicos ou particulares, Técnicos de Educação, Educadoras Sanitárias, que queiram trabalhar pelo bem da Educação e da Saúde de Goiás e do Brasil

AS COLABORAÇÕES devem vir datilografadas em um lado único da página, não se tolerando pseudônimos e não se publicando trabalhos que excedam de quatro páginas datilografadas.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas colaborações assinadas.

Toda a correspondência deve ser dirigida à

ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

CAIXA POSTAL 47

GOIÂNIA — CAPITAL DE GOIAZ

Assinatura anual — Cr\$ 40,00

Número avulso — Cr\$ 4,00

Atendem-se solicitações de dentro e fóra do Estado, mediante cheque ou vale postal

PEDE-SE PERMUTA COM AS PUBLICAÇÕES CON-
GÊNERES DO PAIS

Os estabelecimentos públicos cu educandários que desejem receber a Revista, deverão solicitá-lo em ofício, diante do que lhes será feita a remessa permanente e gratuita, com a condição de ser conservada na biblioteca do Estabelecimento.